

ALIANÇA
POVO UNIDO

APU

POVO UNIDO

para
a derrota
da «AD»

para
a vitória
de Abril



Vamos desde já construir a vitória democrática nas eleições legislativas!

A batalha eleitoral aproxima-se rapidamente. Urge criar as condições para derrotar a «AD» e garantir em Outubro a vitória das forças democráticas, o reforço do PCP e da APU, a vitória de Abril!

Págs. 3/4



CABEÇAS DE LISTAS DA APU EM ALGUNS DISTRITOS

Lisboa — Álvaro Cunhal e Octávio Pato
Porto — Carlos Costa e Ângelo Veloso
Setúbal — Domingos Abrantes e José Vitoriano
Évora — António Gervásio
Beja — Dinis Miranda
Faro — Carlos Brito e Luís Catarino (MDP/CDE)
Leiria — Joaquim Gomes
Santarém — Dias Lourenço
Aveiro — Vital Moreira
Coimbra — Jorge Leite
Braga — Vítor Sá
Guarda — Espada de Sousa (MDP/CDE)
Viana do Castelo — Vítor Louro
Castelo Branco — João Amaral
Viseu — Carlos Carvalhas
Açores — Decq Mota (independente)

O GOLPE FASCISTA NA BOLÍVIA



Na vanguarda da resistência popular contra o golpe fascista, os mineiros bolivianos organizam-se e lutam

Pág. 11

As pescas nos Açores

O que os comunistas criticam O que os comunistas propõem

Reportagem de Leandro Martins enviado especial do «Avante!»

Pág. 8

Qual é a política social do governo «AD»?

O governo e a «AD» fizeram promessas e enganaram muita gente. Mas depois, ao longo dos meses, a prática encarregou-se de os desmascarar. Um exemplo flagrante: a política social do governo. Dos salários à saúde, dos preços às pensões de reforma, do ensino à habitação, passando pelos abonos e impostos e pela agricultura — qual tem sido a política do governo «AD»?

Pág. 12



A propaganda da «AD» diz uma coisa, o dia-a-dia do povo mostra outra

Qual é a política de preços do governo «AD»?

No que se refere à política de preços, a demagogia governamental tem sido particularmente flagrante. Manipulam-se os números e mente-se descaradamente, procurando convencer os portugueses daquilo que eles, no dia-a-dia, sabem ser uma falsidade: os preços não descem, como pretende o governo, antes sobem a olhos vistos!

Pág. 4

Editorial

CORRUPÇÃO

Cada dia que passa, cada dia de acção política do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral torna as palavras mais escassas para significar e exprimir os factos a que Portugal assiste.

Será ainda suficiente dizer que nos encontramos perante um Governo de direita que viola a Constituição, que actua contra as leis, que ergue à sua volta um lodaçal de ilegalidades, arbitrariedades e violências?

Será suficiente dizer – para dar palavras ao que todos vêem – que a subserviência da «AD» aos capitalistas, aos açambarcadores, aos homens das multinacionais, aos agrários absentistas; insulta quotidianamente todo um povo e todo um País?

Um Governo que actua ilegalmente é já de si qualquer coisa de monstruoso; um Governo que governa contra o povo é qualquer coisa de inaceitável. Mas as proporções são cada vez outras e maiores: a questão já não é puramente política, puramente legal, puramente constitucional, puramente económica. É isso tudo e ainda um problema de honestidade e integridade, de cara lavada e mãos honradas perante a vida e os homens, de dignidade dos homens e dos países.

O Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral não é apenas um Governo que actua ilegalmente, que reprime, que vende o País.

É isso tudo e é também um Governo corrupto.

Há na actuação política critérios de honestidade e verticalidade que não têm de ser diferentes dos que todos os dias homens e mulheres honrados põem em prática e por que pautam as suas vidas. Há mesmo que exigir de quem governa que faça da honestidade e da verticalidade parâmetros que lhe permita falar em nome de quem honesta e verticalmente o elegeu. Na acção política as solicitações e as responsabilidades são maiores – a moralidade tem de as acompanhar.

Desprezamos na vida de todos os dias quem mente a cada instante, desprezamos quem no dia a dia diz uma coisa e faz outra, desprezamos quem no dia a dia se vende, suborna ou se deixa subornar, quem no dia a dia recorre à violência física para iludir a ausência de razões, desprezamos quem no dia a dia deve e não paga, promete e não cumpre, quem no dia a dia usa meios que outros lhe deram para se beneficiar, para se promover.

Se a alguém houvessemos que assacar todos esses defeitos, todos esses erros, todos esses crimes, diríamos que se tratava de alguém corrupto, desclassificado, moralmente inaceitável.

O Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral ultrapassou de há muito, face ao povo e ao País, o limite das discordâncias políticas, das diferenças de opinião: pela sua prática, pelo seu comportamento, pela sua acção é um governo politicamente contrário aos interesses do povo e do País e também um Governo corrupto, desclassificado, moralmente inaceitável.

A proximidade das eleições – isto é, a proximidade do que tudo indica vir a ser a derrota dos partidos da «AD» nas próximas eleições – fez perder ao Governo as magras résteas de vergonha que eventualmente pudesse ter.

Uma preocupação assolou os políticos da «AD»: assecurar que os órgãos de informação (e muito especialmente a informação estatizada) não só silenciasse o que é o dia a dia da des governação nacional da direita, mas também que, subservientemente, se transformasse em cego instrumento da propaganda eleitoral do PPD, CDS e adjacências.

Uma questão política? Sem dúvida! Mas ainda mais do que isso.

Ignorando profissionais competentes, normas de funcionamento, regras de conduta elementares, a «AD» «despeja» na RDP duas dezenas de locais para fazerem a sua propaganda. Atropela, ignora, sanela, afasta – e paga.

Sim, porque é necessário, é indispensável não esquecer que é à custa de dinheiro – e de dinheiros públicos – que o Governo paralisa profissionais competentes e paga a quem o serve, a quem servilmente o serve. De forma aliás despu dorada, como convém aos que deixaram a honra à porta da política: os contratozitos dos escribas «AD» da RDP são apenas até ao final da campanha eleitoral! Nada de disfarces, que já nem isso procuram: terminado o frete eleitoralista pago com os dinheiros da RDP, outras benesses esperarão os escribas serventurários.

Mas houve também que resolver a questão RTP. Quem procurar para colocar à frente do mais importante órgão de comunicação social do País – e também ele propriedade do povo? Um homem profissionalmente competente, uma personalidade isenta e vertical, uma figura com provas dadas de independência face aos dinheiros, às traquibémias, às manobras escuras? Não! O Governo e a «AD» encontraram um personagem à dimensão da sua política: um ex-ministro que se tornou num inimigo geral de todos os profissionais da informação, um advogado defensor de bombistas e pides, um homem de mão de monopolistas e traficantes – o dr. Prouença de Carvalho.

E aí vai a cobertura à quantas manobras e manobrinhas o Governo desencadeia, insuflando telejornais com todos os ângulos possíveis do dr. Sá Carneiro, com os anúncios de medidas que ninguém sabe o que são, mingando-os de toda a informação que corresponda de facto ao quotidiano de um país empobrecido, enganado, revoltado.

De um País empobrecido e revoltado contra o que não é apenas uma política, mas um insulto permanente, um acto de corrupção estabelecido e constante.

É apenas uma questão política o que se passa nas terras do Alentejo? É apenas uma questão de orientação, de propostas ou soluções aquilo a que quotidianamente se assiste nas terras da Reforma Agrária?

São actos de pilhagem, de ladroagem, de pirataria o que se passa. Entra-se por casas de trabalhadores e partem-se mobílias, rouba-se comida, insultam-se mulheres; entra-se numa herdade e, canos de espingarda à frente, rapinam-se cabeças de gado, esventram-se tulhas e tonéis, saqueiam-se alfaias e máquinas – ameaça-se, agride-se, espanca-se.

Homens fardados com fardas e armas que lhe foram dadas pelo povo português dão cobertura a bandos de facinoras, pactuam e participam em festins e violências, em ilegalidades e arbitrios.

Um deputado da Assembleia da República é insultado e o seu cartão espezinhado. Naquele momento, sem dúvida

pelas botas de quem o pisou; mas sem dúvida também pela política de um Governo que quereria certamente ter uma monstruosa bota que esmagasse o querer livre do povo.

É apenas uma questão de política o que aqui se passa? É sem dúvida da política, mas da política dos rios de dinheiros dos subornos do MAP, das ajudas de custo pagas a dobrar aos funcionários que regulam as entregas de terras aos agrários e traficantes que semanas depois as passam a patacos, das conviências com os grandes do fascismo como Elmano Alves e os Espírito Santos, do refazer das fortunas que fazem correr dinheiro a rodos a quem os serve à custa do povo e do País.

Que ninguém se engane! Não se trata aqui de saber se é esta fórmula económica ou aquela que melhor serve Portugal, se este ou aquele sistema! O próprio MAP fala dos «fumos de corrupção»: é um monstruoso incêndio, uma medonha e sórdida fogueira alimentada pela ambição do dinheiro e pelo correr dos subornos, pelo ódio de classe do que demais retrógrado existe em Portugal.

Que existe no País e não só. Alimentado também pelas ambições e pelos desejos dos monopólios, das multinacionais, dos conlulos e dos acordos secretos de chancelarias e conselhos de administração.

O Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral tenta desesperadamente aproveitar o tempo que lhe resta para avançar outra das suas ofensivas: a que visa as empresas nacionalizadas.

Manobras escusas e manobras claras, despachos e intrigas, saneamentos e cortes de crédito, acordos secretos e discursos demagógicos envolvem o esforço de destruir a TAP, a CP, a EDP, de retirar ao sector nacionalizado actividades lucrativas nos cimentos, nas cervejas, no vidro.

É o interesse do País, são os interesses nacionais, são propostas de solução para o futuro do País e do povo que aqui estão em jogo? Se sim, porquê então querer paralisar a TAP para entregar os seus sectores lucrativos, como a carga, a empresários privados? Se sim, porquê tentar lançar o dente nos cimentos e nas cervejas, empresas lucrativas do sector nacionalizado? Se sim, porquê artificialmente tentar estrangular empresas nacionalizadas para depois argumentar com os défices assim criados? E porquê tanto interesse em tentar entregar a pessoas, a capitalistas os lucros dessas actividades? Que dão em troca esses capitalistas, esses monopólios? E dão a quem? Ao povo português não será certamente, pois os lucros que existem são já do povo com as empresas nacionalizadas e não é de esperar que os capitalistas, depois de os amealharem, os devolvam ao povo!...

E também que oferece a ITT em troca quando o Governo faz o frete escandaloso de ignorar as próprias sentenças dos tribunais portuguesas para ceder às exigências de uma multinacional americana como a ITT que lança para o desemprego centenas de trabalhadores?

Esta é de facto a política da direita no poder. Trazendo consigo a venda por grosso e a retalho do trabalho do povo e da riqueza do país, transaccionando a independência, vendendo os interesses populares, recorrendo à violência

para servir quem paga, quem compra, quem suborna. Esta é a corrupção da política da direita.

Corrupção que depois de entrar por catadupas pelas portas do Governo e dos partidos da direita, veio ventilada mais em espécie e pormenor.

O Primeiro-Ministro deste Governo «AD» é acusado – com provas a apolar – de dever 35 mil contos à banca nacionalizada. E não só: é ainda acusado – com provas a apolar – de ter tentado por meios fraudulentos eximir-se ao pagamento dessa dívida.

Que faria qualquer cidadão sério e honesto objecto de semelhante acusação? Se ela fosse verdadeira, assumiria as suas responsabilidades e comportar-se-ia conforme; se ela fosse falsa, certamente a desmontaria, responderia, provaria.

Que faz o Primeiro-Ministro do Governo «AD»?

Cala-se.

Os seus advogados descobriram uma muleta jurídica para manterem um conveniente silêncio sobre as provas vindas a lume. O invocado parecer da Ordem dos Advogados abrange também a figura política do Primeiro-Ministro Sá Carneiro?

Evidentemente que não.

Em outras razões que será certamente necessário procurar a explicação do mutismo da «AD». Razões que, procuradas por semelhança com o que é de facto a política da direita no poder, da sua prática de subserviência face ao dinheiro e aos interesses pessoais, de querer dar o que é do povo aos capitalistas, de pagar esbanjadamente a quem servilmente se submete, de ameaçar, enganar e mentir – não serão certamente difíceis de encontrar nem surpreenderão ninguém.

E não surpreenderá ninguém que se afirme não ser este o Governo que, para além de não poder governar Portugal, para além de ser de facto um corpo estranho aos interesses da Pátria, jamais poderá garantir a seriedade, a honestidade, a verdade de um acto eleitoral.

Temos de um lado quatro milhões de portugueses, com opiniões diferentes sem dúvida, mas que honrada e seriamente irão dizer pelo seu voto da sua vontade.

Temos a presidir a este acto um Governo que já demonstrou não recuar ante nenhum escrúpulo, ante nenhuma lei, ante nenhum valor para fazer valer os seus interesses de classe, os seus objectivos próprios, os interesses das suas clientelas nacionais e internacionais. Um Governo que mente, agride, ameaça, corrompe, viola as leis, insulta e ignora os órgãos de soberania, não serve o povo nem serve o País.

Não se entrega um valor – como é um voto – nas mãos de quem não oferece garantias de seriedade. Não se confia uma tarefa honrada – como tem de ser uma eleição democrática – a quem todos os dias dá provas de desonestidade, de compadrio, de corrupção.

O Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral não serve para governar Portugal democrático, não serve para presidir a eleições democráticas. Mas de nada valerá o desespero da direita no poder: ela própria criou o lamaçal em que se atolou e onde lhe sucede o que sempre acontece aos que neles se atolam: quanto mais esbraceja – mais se afunda.

Delegações do MPLA e da OLP recebidas no CC do PCP

Foi recebida no Comité Central do PCP por Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e so Secretariado do Comité Central e Domingos Lopes da Secção Internacional a delegação do MPLA – Partido do Trabalho presente à Festa do «Avante!» dirigida por Luis Filipe Pizarro (Nene), Director-Adjunto do Departamento Politico-Ideológico, Informação e Propaganda do CC

do MPLA – Partido do Trabalho. Durante o encontro procedeu-se a uma troca de informações sobre a situação nos respectivos países; a actividade dos respectivos partidos e ainda sobre alguns aspectos da actividade internacional. Foi reafirmada à delegação do MPLA-PT a solidariedade dos comunistas portugueses à luta do povo irmão angolano

dirigido pelo MPLA-PT, na defesa da sua integridade territorial constantemente violada pelas acções militares criminosas dos dirigentes racistas da África do Sul. Foi também reafirmada a determinação do PCP em continuar a actuar para que as relações entre Portugal e a RPA que enfrentam sérias dificuldades devido à política de submissão ao imperialismo do actual Governo, se

desenvolvam no interesse de Portugal e da RPA, dos dois povos, da paz, da amizade e cooperação mundial.

A delegação do MPLA-PT manifestou a sua solidariedade à luta dos comunistas portugueses, pela defesa do regime democrático saída da revolução de Abril.

A delegação do MPLA-PT teve oportunidade para contactar com os diversos aspectos da

realidade portuguesa e da actividade do PCP.

Esta visita que se insere no quadro das fraternais relações existentes entre o PCP e MPLA-PT contribuiu para uma melhor conhecimento recíproco e para reforçar no futuro ainda mais os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o MPLA-PT. Foi também recebida no Comité Central do PCP por

Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC e Domingos Lopes da Secção Internacional, a delegação da OLP composta por Hani Mendes, responsável do Departamento de Publicações, Imprensa e Cultura, Mahomed Sulaiman, redactor chefe do «Athawra», órgão da OLP, e Yasser Muehle, jornalista, que chegou depois da Festa do «Avante!» devido

a dificuldades na obtenção de ligações aéreas com Lisboa. As duas delegações trocaram opiniões sobre a luta dos respectivos povos e partidos e abordaram aspectos da situação internacional. Durante o encontro foi reafirmada a solidariedade do PCP à luta da OLP pela criação do estado independente da Palestina, e dos povos árabes, pela libertação dos territórios ocupados por Israel, bem

como a solidariedade da OLP à luta dos comunistas portugueses pela defesa do regime democrático saído da Revolução de Abril. A delegação da OLP visitou uma cooperativa agrícola na região de Setúbal. A presença da delegação da OLP a convite do «Avante!» contribuiu para o reforço das relações existentes extremo entre o PCP e a OLP e entre os respectivos órgãos centrais.

Telegrama do MLSTP

O Departamento de Relações Exteriores do Bureau Político do Conselho Coordenador do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, enviou ao Comité Central do PCP um telegrama em que se afirma:

Temos a honra de acusar a recepção do vosso telegrama de felicitações por ocasião do quinto aniversário da proclamação da nossa independência. Estamos certos de que a experiência adquirida nestes cinco anos de trabalho e luta,

contribuirão para o reforço e edifício da sociedade justa e próspera, pela defesa intransigente da paz e liberdade dos povos que lutam pela emancipação.

Manifestamos uma vez mais o nosso desejo de ver reforçados os laços de amizade e cooperação pela solidariedade MLSTP e PCP, beneficiando os nossos dois países e povos.

Alta consideração.

Carlos Costa regressou da Checoslováquia

Regressou na passada sexta-feira da República Socialista da Checoslováquia, onde se deslocou a convite do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia. Carlos Costa, membro da

Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português.

Carlos Costa teve conversações com uma delegação do Partido Comunista da Checoslováquia dirigida por

Josef Kemprný, membro do Presidium e Secretário do Partido Comunista da Checoslováquia.

As conversações decorreram no quadro das relações fraternais existentes

entre os dois partidos e verificaram-se as possibilidades de intensificar a colaboração existente entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Checoslováquia.



À venda nas livrarias e nos Centros de Trabalho do PCP

PROGRAMA ELEITORAL DO PCP

para a Vitória de Abril

edições Avante!

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Seixal Pereira Gomes

1899-Lisboa-CODEX, Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º

1000 Lisboa, Tel. 768744/768751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Seixal Pereira Gomes - 1899 Lisboa-CODEX, Tel. 768725/768722

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa, Tel. 779828/779825

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-CV - 1000 Lisboa, Tel. 768705 (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal)

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa, Tel. 372238

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57b - 4000 Porto, Tel. 29838

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto, Tel. 310441

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 185, Pedruiha - 3000 Coimbra, Tel. 31286

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora, Tel. 26361

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro, Tel. 24417

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 779828

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa, Tel. 776836/776750, Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto, Tel. 381067

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora, Tel. 900044

Composto e Impresso na Heeka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Tiragem média do mês de Junho: 70 338

Eleições domingo na Mealhada

● Como decorreu a campanha eleitoral

Término amanhã a campanha eleitoral para a Câmara Municipal da Mealhada, no distrito de Aveiro, realizando-se no domingo as previstas eleições antecipadas, motivadas por falta de quorum na vereação.

A campanha, aliás, tem sido em si própria esclarecedora acerca das diferenças de métodos e objectivos entre as principais forças que se apresentam ao eleitorado: APU, PS e "AD".

A lista da APU é a única que se apresenta com um conjunto coerente de democratas, de várias profissões e residindo em diversas freguesias do concelho, com um programa fundamentado no conhecimento da realidade local e manifestando o claro empenho de que o povo tenha uma Câmara democrática e que funcione efectivamente. Encabeça a lista o camarada Carlos Cabral, professor, oriundo da maior freguesia do concelho, Pampilhosa.

Os candidatos, assim como o deputado comunista por Aveiro, Vital Moreira, e os camaradas Jaime Serra, da Comissão Política e José Bernardino, do CC, que participaram em mais de uma dezena de sessões durante a campanha, têm salientado a importância do trabalho cívico no funcionamento da Câmara, chamando a atenção para o progresso que se verificou com a eleição de um primeiro vereador APU nas eleições de 1979 (pouco tempo depois da eleição do primeiro deputado por Aveiro), sublinhando como objectivo essencial manter a maioria democrática e alargá-la.

Quem percorra o concelho e observe a profusa propaganda afixada, logo se dá conta de um certo estilo de acção prosseguido, ainda que sob formas diferentes, tanto pelo PS como

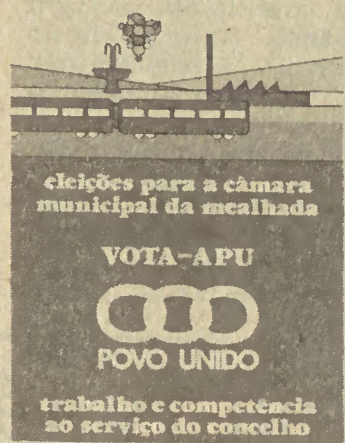
pela "AD", jogando nos nomes dos respectivos cabeças-de-lista como se de eleições presidenciais se tratasse, com as suas fotos dominando cartazes e panfletos.

A campanha do PS não tem denotado especial dinamismo e confiança, a que certamente não será alheio o facto de grande número de votantes e militantes do PS terem vindo a manifestar o desejo de que, tal como em doido tempo foi proposto pela APU, as forças democráticas aparecessem unidas, o que garantiria à partida a maioria democrática e a presidência.

Em várias sessões, designadamente na Mealhada e no Luso, colantes do PS juntamente com os de "Abril vencerá" e outros da APU, apareceram lado a lado ao peito de dezenas de pessoas, o que traduz um clima que pode servir de garante ao efectivo funcionamento da Câmara.

A "AD" e os seus caciques desmascaram-se, através do recurso à agressividade e às mais escandalosas ilegalidades, inclusivamente pressionando gente que até agora tinha posições moderadas. É o caso do presidente da Comissão Administrativa, escolhido pela Assembleia Municipal (onde PS e APU têm a maioria), que já conseguiu artificialmente que em quatro freguesias (Antes, Ventosa do Bairro, Vacariga e Luso) as mesas eleitorais sejam constituídas apenas por gente escolhida pela "AD", abrindo assim caminho à chapelada e à coacção.

O mesmo senhor tentou boicotar a sessão do Luso, comunicando à Comissão de Turismo as sessões da "AD" e, claro, do MRPP (que se limita a concorrer no boletim de voto...). Entretanto, e apesar de já ter sido anunciada publicamente, é adiada uma exibição folclórica na Alameda



e (casualmente?) marcada para a hora e local onde, segundo o acordo entre os partidos e a propaganda já distribuída, se ia realizar a sessão da APU. O boicote não resultou, tendo antes servido para desmascarar ainda mais a Aliança reaccionária.

Grupos da "AD" destroem propaganda e dois indivíduos chegaram mesmo a queimar uma faixa da APU. Ruidosas caravanas percorrem as ruas e transportam os poucos assistentes a algumas pseudo-sessões de propaganda. E apesar das ilegalidades, compadrio e incompetência, toda a campanha gira em torno do mesmo dr. Santiago que durante meio ano paralisou a acção da Câmara...

A receptividade popular às sessões e convívios, à distribuição à mão de programas e propaganda da APU, demonstra já o reconhecimento da justiça da campanha da APU que visa a eleição de um executivo em que mais um vereador da APU, inserido numa maioria democrática, garanta "trabalho e competência ao serviço do concelho".

A campanha encerra na sexta-feira com uma sessão-convívio, com a participação dos candidatos e de Carlos Brito, da Comissão Política do CC, e que se realizará na Pampilhosa.

Existe grande confiança de que a certeza de haver de novo maioria de votos das listas democráticas se traduza num elenco camarário que garanta a derrota da reacção e um trabalho fecundo para resolver tantos problemas que afligem o povo do concelho.

Distrito de Setúbal prepara grande vitória do PCP e da APU!

Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP; José Vitoriano, da Comissão Política do CC e vice-presidente da Assembleia da República; José Manuel Mala, suplente do CC e actual secretário da mesa da AR; Ercília Talhadas, suplente do CC; e Sousa Marques, engenheiro da Siderurgia Nacional — estes os elementos que certamente vão encabeçar a lista da APU concorrente às eleições legislativas pelo distrito de Setúbal.

A informação foi analisada no decorrer de um importante plenário de quadros do PCP daquele distrito, realizado no último sábado, nas instalações da Casa dos Ferroviários, na cidade do Barreiro.

O encontro, que reuniu 170 camaradas, além de ter focado em pormenor o trabalho eleitoral no distrito e a formação da lista de candidatos, debateu importantes questões no âmbito da campanha pré-eleitoral e eleitoral, da recolha de fundos e as perspectivas em relação aos resultados eleitorais da APU.

Sobre a constituição da lista distrital de Setúbal, o documento das conclusões sublinha a dado passo que, tal como em anteriores actos eleitorais, a lista de candidatos a deputados, já em adiantada fase de elaboração, será encabeçada por prestigiados dirigentes do PCP e integrada por homens, mulheres e jovens do PCP, do MDP/CDE e outros democratas independentes que se têm destacado na luta antiafascista e anti-imperialista, por melhores condições de vida e de trabalho para os portugueses, pela defesa da Revolução de Abril e o seu prosseguimento.

Sobre a constituição da lista distrital de Setúbal, o documento das conclusões sublinha a dado passo que, tal como em anteriores actos eleitorais, a lista de candidatos a deputados, já em adiantada fase de elaboração, será encabeçada por prestigiados dirigentes do PCP e integrada por homens, mulheres e jovens do PCP, do MDP/CDE e outros democratas independentes que se têm destacado na luta antiafascista e anti-imperialista, por melhores condições de vida e de trabalho para os portugueses, pela defesa da Revolução de Abril e o seu prosseguimento.

Uma grande dinâmica eleitoral para a vitória

O estilo a dar ao trabalho político na campanha eleitoral foi um dos principais temas estudados pelos participantes no plenário. Salienta, a propósito, o documento já citado:

"Tendo em conta que na actual situação política é necessário continuar a luta pela demissão do governo, que é necessário combater as medidas anti-sociais e a demagogia eleitoralista do governo "AD" e que os resultados eleitorais e a derrota da "AD" serão



decisivos para a nossa democracia, todas as organizações presentes foram unânimes em salientar a necessidade de desencadear uma grande dinâmica eleitoral pela Aliança Povo Unido, na qual deve ser integrada toda a organização do Partido e da JCP e muitos democratas independentes".

Moção em defesa da Reforma Agrária

O plenário regional do PCP aprovou no decorrer dos seus trabalhos uma moção em que afirma o seu "mais firme repúdio à imposição ilegal de reservas para agrários absentistas, ao roubo de gados, de máquinas e culturas, no mais flagrante desrespeito pela lei, pelas decisões do poder judicial e a Constituição, por parte do governo da Aliança Reaccionária, exigindo a cessação imediata da ofensiva".

O documento condena também "a fúria repressiva do governo, concretizada em

Neste sentido, um papel destacado na campanha caberá, sem dúvida, às comissões eleitorais e às comissões de apoio à APU, que estão neste momento a formar-se um pouco por todo o distrito setubalense, com uma larga participação de democratas independentes. O plenário concluiu, neste aspecto, "que se devem desenvolver esforços para que em cada empresa, bairro, freguesia e concelho as comissões eleitorais APU sejam um factor de peso na dinâmica eleitoral.

As formas de intervenção

Quanto às orientações mais específicas e às formas de intervenção da campanha da APU, referiu-se que esta "deve ser ainda mais diversificada que a anterior, de forma que o esclarecimento por

parte do PCP e a presença da Aliança Povo Unido seja alargada aos mais diferentes sectores interessados na vitória das forças democráticas".

Comícios populares, sessões de esclarecimento, jornadas de convívio, espectáculos de Canto Livre, teatro e desporto, contactos directos individuais, jornadas porta-a-porta, propaganda nos locais de trabalho e "novas formas de propaganda de rua" foram as iniciativas de intervenção para a campanha apontadas pelas várias organizações do Partido presentes no plenário.

"Não dispondo nem de perto dos meios financeiros da "AD" ou da FRS", a campanha eleitoral da Aliança Povo Unido necessita, como foi salientado no encontro, da contribuição, da solidariedade e da ajuda de todos os democratas, de todos os que estão com a APU para a vitória democrática e popular. Neste sentido, foi decidido avançar em todo o distrito com uma grande campanha de recolha de fundos para suportar as despesas a que a envergadura da campanha eleitoral obriga.

É possível o reforço da votação na APU

A terminar, refere o documento das conclusões do plenário:

"Sobre as previsões eleitorais, os camaradas intervenientes foram unânimes em considerar que com uma ampla mobilização do Partido e a manter-se a disposição de luta das massas contra este governo e a levar-se à prática a campanha a que nos propomos, a Aliança Povo Unido subirá mais uma vez a sua votação no distrito de Setúbal (onde já contou com 49% dos votos nas anteriores eleições e 9 deputados eleitos), e, à semelhança do que tem acontecido em todas as eleições anteriores, o povo do distrito de Setúbal voltará a votar ainda mais massivamente na Aliança Povo Unido para a vitória das forças democráticas e para a formação de um governo democrático com

a participação dos comunistas e de democratas coerentes".

O plenário aprovou no final uma calorosa saudação "aos nossos companheiros de luta do MDP/CDE, confiantes de que a nossa unidade representa um decisivo contributo para a vitória da democracia e para o prosseguimento da Revolução de Abril".

ALIANÇA POVO UNIDO

APU

POVO UNIDO



«Férias 80» na Figueira da Foz

Tem já profundas raízes na vida democrática da bela cidade da Figueira da Foz. É sem dúvida a mais importante realização político-cultural da região. Nos anos anteriores tem mobilizado uma vasta e entusiástica participação popular, com especial destaque para os amigos que ali passam as suas férias de Verão.

Falamos, é claro, da Festa "Férias-80", a realizar em 15, 16 e 17 de Agosto, no aprazível Campo da Mata, gentilmente cedido pela Santa Casa da Misericórdia — Obra da Figueira da Foz.

Como salienta a organização, a Festa "vai constituir uma forma oportuna e criadora de apresentar ao Povo da Figueira, ao Povo da

Região, aos inúmeros veraneantes que se encontram na bela cidade da Foz do Mondego, as propostas do PCP para o futuro do Portugal democrático.

Ponto de encontro para quem goza férias, ocasião para um fim-de-semana bem passado, numa atmosfera de convívio popular, a Festa "Férias-80" terá um programa diversificado e atraente, de que aqui podemos (por agora) levantar apenas a "ponta do véu..."

Assim, a Festa será um espaço aberto à representação dos costumes e hábitos da população local, do seu trabalho, das suas manifestações folclóricas e culturais. Tudo isto a par de vários stands de artesanato do Povo do Mondego, stands políti-

cos, restaurante central com os apreciados pratos típicos, etc.

Funcionário ainda vários mercados de produtos agrícolas, aliada à Feira do Livro e do Disco.

A parte artística contará com a presença de conhecidos nomes nacionais e locais, não esquecendo os ranchos folclóricos.

Entretanto, a comissão executiva da Festa promove no próximo dia 1 de Agosto uma conferência de imprensa em que revelará todos os pormenores da iniciativa.

O encontro com os profissionais da Informação decorrerá no Centro de Trabalho do PCP na Figueira, com início às 16 e 30.

O programa do pavilhão do PCP na Feira de Santiago, em Setúbal

O nosso Partido volta a estar presente na Feira de Santiago, do concelho de Setúbal, com um pavilhão político em que se destacam as seguintes iniciativas:

Amanhã — Canto Livre com Carlos Paulo, Jorge Patrício, Fernando Baptista, "Nova Geração" e música regional da terra.

Sábado — Colóquio sobre "Os Comunistas na Assembleia da República", com os

deputados Velga de Oliveira, Aranha Figueiredo e Rosa Brandão.

Domingo — Sessão sobre Luís de Camões e Barbosa du Bocage, com declamação de poemas.

Segunda-feira — Debate sobre as questões da Saúde, com médicos comunistas. Serão projectados dois documentários.

Terça-feira — Colóquio sobre a Reforma Agrária, com

Álvaro Brasileiro, deputado, e Vaz Pereira e Manuel da Mourisca, da Juventude Comunista.

Quarta-feira — Colóquio sobre a situação dos reformados.

Quinta-feira — No restaurante instalado pelos camaradas, sessão de fado amador, com fadistas da terra.

Todas estas iniciativas começam às 21 e 30.

Festa popular em Bela Mandil

Nos próximos sábado, domingo e segunda-feira, a localidade de Bela Mandil, concelho de Oihão, Algarve, está em festa. Trata-se de uma iniciativa da organização local do PCP, com o seguinte programa:

Sábado — tarde desportiva; acção do Grupo Coral Alentejano; e baile com

o conjunto «Núcleo».

Domingo — tarde desportiva e variedades com a Brigada Victor Jara, Júlia Babo, Grupo «Inf», Pauliteiros de Pechão e Grupo Coral Alentejano, além de um grande bailorico;

Segunda-feira — noite de fado com Fernando Farinha. Haverá um completo serviço de bar e quermesse.

«26 de Julho»

Termina hoje o prazo das inscrições para o almoço comemorativo do "26 de Julho", início da Revolução Cubana, numa iniciativa da Associação de Amizade Portugal-Cuba.

Os sócios e amigos desta organização interessados devem contactar a directament (Rua Rodrigues da Fonseca, 107, r/c, esq.) ou pelo telefone 657305 das 15 às 19 horas de hoje.

Apelo aos camaradas que vão para férias

Em Julho e Agosto largas dezenas de milhares de trabalhadores, entre os quais muitos militantes do Partido no Distrito de Lisboa, saem para férias para longe dos seus habituais locais de trabalho e de residência.

A Direcção da Organização Regional de Lisboa reforça mais uma vez através do «Avante!» o apelo que está a ser lançado em todas as

organizações para que os militantes e amigos participem com uma contribuição especial na base do subsídio de férias, para as despesas da intensa actividade que o PCP tem desenvolvido nos últimos meses.

Aos camaradas membros do Partido, a DORI lembra que antes de partirem de férias, é importante pagarem as suas

quotas, a fim de que a receita e actividades normais não sofram quebra significativa.

Apela-se igualmente para que as organizações avancem com os mais variados tipos de iniciativas junto dos militantes e amigos com vista à obtenção de fundos que permitam à DORI suportar os altíssimos custos da pré-campanha eleitoral para as legislativas e presidenciais.

Camaradas de Montalvão

Realiza-se no próximo domingo, em Lisboa, às 15 horas, no Centro de Trabalho da Av. da Liberdade, uma reunião a que devem comparecer todos os camaradas naturais de Montalvão e residentes na área da grande Lisboa.



Camaradas de Trás-os-Montes

Os camaradas residentes na área da Grande Lisboa e que sejam naturais de Trás-os-Montes têm uma reunião importante no próximo dia 31, às 21 e 30, no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida de Liberdade.

O apoio à organização no período de férias e a participação na campanha eleitoral são os principais pontos da ordem de trabalhos do encontro. Não faltes!

Sorteio da DORS

A Direcção da Organização Regional de Setúbal promoveu um grande sorteio de apoio aos Centros de Trabalho do distrito, que culminou no passado dia 13, durante a Festa do «Avante!», com a atribuição dos respectivos prémios, cujo levantamento deverá ser tratado até ao próximo dia 13 de Setembro através daqueles Centros de Trabalho.

Os números premiados foram os seguintes: 1.º, 42 153; 2.º, 91 526; 3.º, 36 333; 4.º, 84 250; 5.º, 66 497; 6.º, 83 085; 7.º, 77 005; 8.º, 95 865; 9.º, 92 046; 10.º, 75 696; 11.º, 82 724; 12.º, 88 266; 13.º, 29 185; 14.º, 44 078; 15.º, 74 668; 16.º, 29 798; 17.º, 65 607; 18.º, 15 632; 19.º, 62 739; 20.º, 76 799.

3.ª Feira do Livro em Sines

Inicia-se na próxima segunda-feira, terminando a 2 de Agosto, a 3.ª Feira do Livro e do Disco em Sines, numa iniciativa da Comissão Concelhia do PCP.

Instalada no Rossio (jardim), esta Feira é a única do género na zona e tem contado nos anos anteriores com um vasto interesse por parte da população local.

8, 9 e 10 de Agosto: Festa da Alegria

Pela terceira vez consecutiva, a tão conhecida cidade de Braga vai ser durante três dias não só a capital do Minho como também a capital da alegria, construída numa Festa que, apesar da sua juventude, tem já hoje fortes raízes no seio da população e de todos os democratas.

O Minho, terra de trabalho e luta, terra onde cada vez com maior intensidade se afirma a posição e o prestígio do Partido da classe operária portuguesa, vai, pois, estar presente em força e certamente com grande entusiasmo na Festa da Alegria, a realizar em 8, 9 e 10 de Agosto, no Parque Municipal de Exposições de Braga, cujo círculo elegera no último acto eleitoral — as intercalares — e, pela primeira vez, um deputado comunista.

Mas falemos um pouco da Festa deste ano. Para já, a organização pensa, aliás, tem a certeza, que a terceira edição da Festa da Alegria será ainda maior. Falando de números: terá uma afluência superior a 30 mil pessoas, cifra registada no ano passado.

A Festa da Alegria, que dedicará especial atenção aos que estão a gozar as suas

de 15 ranchos) e a sempre colaboração de bandas de música e Zés Perceira.

Além de três importantes colóquios (sobre eleições, desporto/Jogos Olímpicos e Luís de Camões), o programa da Festa inclui uma parte desportiva, com especial destaque para a estafeta Guimarães-Braga (no ano passado mobilizou 30 equipas e mais de uma centena de atletas), aberta à participação de todas as colectividades, clubes, núcleos desportivos e organizações de carácter popular e social; o torneio de xadrez; uma prova de ciclismo; e o torneio de futebol.

Um Festival da Juventude, com iniciativas diversas, designadamente concurso de canções, será também, estamos certos, motivo de especial entusiasmo e convívio no âmbito da Festa.

Funcionário vários restaurantes, bares, «comes-e-bebes» e actividades recreativas.

Para a semana revelaremos todos os pormenores desta Festa — «a Festa das vossas férias».

O programa extra-Festa do «Avante!» dos atletas da URSS, RDA e Polónia

Após a Festa do «Avante!», os atletas dos países socialistas que vieram a Portugal para participar no grande convívio do Alto da Ajuda tiveram um programa variado que incluiu, além de sessões-treino e contactos com desportistas nacionais, alguns festivais públicos que mereceram viva adesão popular, em especial da juventude.

e Évora, com as classes de ginástica da URSS e RDA.

Por seu turno, os halterofilistas polacos realizaram uma sessão de treinos e demonstrações na Cova da Piedade, ao mesmo tempo que o grande mestre soviético, o xadrezista Lutykov, estabeleceu vários contactos e disputou encontros com especialistas portugueses.

De salientar o acolhimento dispensado às delegações estrangeiras em todas as suas deslocações. Nalguns casos foram

recebidas por representantes das autarquias, noutros por prestigiosas colectividades e clubes populares.

O saldo da sua vinda a Portugal foi francamente positivo e é de destacar, a propósito, que para muitos jovens desportistas do nosso país o contacto agora estabelecido com os atletas dos países socialistas que nos visitaram foi muito útil na medida em que permitiu uma sempre frutuosa troca de experiências.

Camarada falecido

ANTÓNIO SILVA — Passou recentemente um mês sobre a morte do nosso camarada António Manuel Estêvão da Silva, de 23 anos, trabalhador da UCP "Margem Esquerda". O seu falecimento ocorreu na altura em que se encontrava a descarregar uma camioneta da UCP, donde caiu. O jovem comunista vivia em Serpa, onde era muito conhecido e apreciado pelas suas qualidades humanas, como ficou demonstrado há um mês no funeral, em que estiveram presentes trabalhadores e outros democratas de todo o concelho.

No próximo sábado: Comício-festa da JCP em Guimarães

No próximo sábado, a partir das 21 horas, a juventude progressista da cidade de Guimarães tem encontro marcado no Jardim Público, para uma bela jornada de convívio e unidade.

A iniciativa, que é da JCP, representa um forte contributo para o reforço da presença da Aliança Povo Unido na região e a sua palavra de ordem é bem significativa: «Juventude de Guimarães contribui

para a eleição do segundo deputado da APU no Distrito de Braga».

O comício será preenchido com uma intervenção a cargo do camarada António Lopes, membro do CC e da Direcção da Organização Regional do Minho (DORM) do PCP.

Na sessão de canto livre actuarão o «Solitinho» e Jorge Lomba. A iniciativa terá várias surpresas. Não faltes!



16

Quarta-feira

1978 — Realiza-se em Coimbra o I Encontro dos Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, o custo de vida aumentou 16,7% no período de 12 meses terminado em Junho; por outro lado os índices do Centro de Estudos de Planeamento mostram que para as numerosas categorias de trabalhadores os salários reais continuaram a diminuir no primeiro trimestre de 1980 ■ Parte para Moscovo, onde assistirá à inauguração dos Jogos Olímpicos a convite do Comité Central do PCUS, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal ■ O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, num documento de trabalho divulgado a propósito da redução da idade de matrícula no ensino primário e do previsível agravamento das condições materiais do sector, acusa os responsáveis do Ministério da Educação de não terem conhecimento da realidade escolar ■ Através de um despacho simples publicado no "Diário da República", o Ministério da Educação divulga o esquema organizativo e curricular do 12.º ano, extinguindo-se o ano propedéutico.

17

Quinta-feira

1978 — Evadem-se 124 detidos da Cadeia Penitenciária de Alentejo; nesse mesmo dia são recapturados trinta.



Ingência

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, fixa a data de 5 de Outubro para as eleições de deputados para a Assembleia da República ■ Uma nota do Secretariado das UCPs e Cooperativas Agrícolas de Évora dá conta de que foram devolvidas parte das máquinas apreendidas no passado dia 2 por forças da GNR comandadas pelo capitão Jerónimo Santos aos trabalhadores de UCPs de Arraiolos, não sendo no entanto devolvidos um tractor e um reboque, que foram entregues por decisão pessoal do capitão J. Santos aos Mellos da ex-UCF ■ Na última sessão da Câmara Municipal de Lisboa a APU denuncia que a gestão da AD, em apenas meio ano de mandato, já dispendeu uma verba de quatro mil contos em banquetes e passeatas ao estrangeiro; este montante não inclui ainda as dividas por saldar, cujo quantitativo a APU pretende apurar em requerimento já apresentado ■ Na sua reunião de ontem, o Conselho de Ministros resolve nomear para o cargo de presidente da Comissão Administrativa da RTP o advogado Frounce de Carvalho ■ O presidente da RFA, Karl Carstens, termina uma visita oficial ao nosso país a convite do Presidente da República, general Ramalho Eanes; não foi divulgado qualquer comunicado oficial da visita nem se efectuou a habitual conferência de imprensa do visitante nas instalações do Ministério dos NE ■ Em flagrante ingência nos assuntos internos da Espanha, o ministro da Defesa português, Amaro da Costa, afirma que "Portugal veria com grande alegria e satisfação o ingresso da Espanha na Aliança Atlântica".

18

Sexta-feira

1897 — Morre na Baía o padre António Vieira.



APU já está registada

Uma delegação da Aliança Povo Unido regista esta coligação na sede da Comissão Nacional de Eleições, cumprindo o que determina o Artigo 22.º da Lei Eleitoral, para apresentação ao sufrágio de 5 de Outubro próximo ■ Reforçando o controlo da informação, a Comissão Administrativa da RDP distribui pelas delegações do Porto, Coimbra, Faro, Açores e Madeira uma nota de serviço, segundo a qual toda a produção jornalística da emissora deve ser visada por um chefe ou subchefe de redacção antes de ir para o ar ■ A administração da Standard Eléctrica, com a ajuda de "homens de mão", impede o acesso dos trabalhadores na empresa, na tentativa de impedir a entrada de 212 pessoas despedidas arbitrariamente ■ Forças da GNR comandadas por um tenente-coronel e pelo capitão José Joaquim Correia ferem à bastonada e com balas de borracha mais de 12 trabalhadores de UCPs de Montemor-o-Novo e entre eles Custódio Jacinto Gingão, a quem espezinharam e resgaram o cartão de deputado do PCP ■ A Federação dos Sindicatos Ferroviários responsabiliza o conselho de gerência da CP e o Governo AD pela greve que hoje paralisou os comboios em todo o País, acusando-os de não terem respeito pelas centenas de milhares de utentes que diariamente se servem do caminho de ferro.

19

Sábado

1979 — São aprovadas na Assembleia da República importantes alterações à Lei 76/77, conhecida por "lei dos senhorios ricos".

O PCP distribui uma nota em que condena o golpe de Estado desencadeado na Bolívia pelos sectores mais reaccionários do Exército com o objectivo da reinstaurarem uma ditadura fascista naquele país ■ A DORA emite um comunicado a propósito dos acontecimentos ontem ocorridos em Montemor-o-Novo, de que resultaram ferimentos em 12 trabalhadores, entre os quais o deputado do PCP Custódio Gingão, afirmando que o Governo envereda pelo caminho do terrorismo ■ O Secretariado da União dos Sindicatos da Lisboa repudia "a actuação prepotente, provocante e anticonstitucional do Governo Carneiro/Amaral e da administração ITT/Standard Eléctrica" que, ao encerrar os portões das respectivas instalações, para impedir a entrada de 212 trabalhadores ilegalmente despedidos, concretizou "um caso típico de lock-out".

20

Domingo

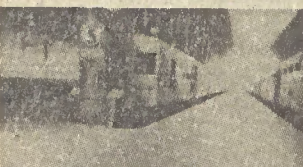
1969 — Morre o pintor d'Assumpção.

O Conselho Nacional do PPD/PSD, reunido em Aveiro durante o fim-de-semana, remete para a Comissão Política do Partido a "resolução" dos problemas que subsistem quanto aos cabeças de lista de alguns círculos ■ Na sequência de uma solicitação formulada pela Câmara Municipal há dois anos, encontra-se em Évora o responsável pela divisão de arquitectura e intervenção de centros históricos da UNESCO, Tschertmann, com o objectivo de examinar as secções degradadas da zona histórica da cidade.

21

Segunda-feira

1978 — O presidente francês Giscard d'Estaing termina uma visita oficial de três dias ao nosso país.



Prossegue a luta dos Ferroviários

O conselho de gestão do Banco Português do Atlântico pretende distribuir cerca de 30 mil contos em "surdas", na tentativa de restabelecer uma velha prática que os trabalhadores aboliram logo após o 25 de Abril; este facto foi denunciado numa moção aprovada no decorrer de uma reunião geral dos delegados sindicais efectuada no Porto, onde se considera tal atitude como imoral e arbitrária ■ Inicia-se uma greve de 48 horas na CP decretada pela Federação do Sindicato dos Ferroviários, em luta pela reposição do equilíbrio salarial na empresa ■ Os pescadores de arrasto costeiro de Lisboa e Setúbal paralisam a 100% em protesto pela inoperância e incompetência do Governo na resolução do conflito do peixeiro "Rio Vouga".

22

Terça-feira

1968 — Morre o camarada Manuel Rodrigues da Silva.

O novo presidente do Conselho de ministros da CEE, Gaston Thom, afirma que as negociações com Portugal têm de prosseguir "passo a passo", corroborando a previsão do jornal "The Guardian" de que Portugal não entrará para a CEE na data planeada ■ O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa acusa o Governo e especialmente o Ministério do Trabalho e a UGT de estarem implicados na «ressurreição» do extinto Sindicato Nacional dos Professores, associação extinta há cinco anos por, ao contrário do que dispõe a lei sindical, não ter procedido à revisão dos seus estatutos.

Candidatos da APU para as legislativas

Uma delegação da APU, de que faziam parte os camaradas Carlos Brito, Aurélio Santos e Vítor Neto pelo PCP, Herberto Goulart e Marcos Antunes pelo MDP/CDE, entregou na última sexta-feira na sede da Comissão Nacional de Eleições, em Lisboa, o processo de registo da Aliança Povo Unido (APU), cumprindo assim o estabelecido pelo artigo 22.º da Lei Eleitoral.

Em declarações aos órgãos de comunicação social, o camarada Carlos Brito revelou nessa altura os nomes dos camaradas que encabeçam as listas da APU por vários distritos do continente.

A Imprensa diária deu relevo especial às listas para os distritos de Viana do Castelo, Viseu e Castelo Branco, onde nas últimas eleições legislativas não foram eleitos deputados pela APU. Essas listas serão encabeçadas, respectivamente, pelos camaradas Vítor Louro, Carlos Carvalhas e João Amaral, todos deputados na actual Legislatura.

O camarada Carlos Brito referiu ainda outros dirigentes do PCP como cabeças de lista de vários distritos, de dirigentes do MDP/CDE, como Luís Catrino, o segundo da lista por Faro, e outros nomes

indicados pelo mesmo partido integrante da APU, designadamente o de Espada de Sousa para encabeçar a lista pela Guarda e do de Neto Brandão, ex-governador civil de Aveiro, como segundo da lista por esse distrito, na qualidade de independente sob o patrocínio do MDP/CDE. A referência a este último nome foi apresentada por Carlos Brito como possibilidade «seriamente considerada».

As listas da APU integrarão democratas independentes. Um deles é Decq Mota que encabeçará a lista pelos Açores.

Objectivo: destruir a Reforma Agrária Terrorismo «AD» à solta em Vendas Novas

A entrega ilegal de mais uma reserva, na última sexta-feira, em Vendas Novas, (140 mil pontos, 366 ha) ao agrário José Maria Duarte, foi mais um acto de terrorismo a juntar a muitos outros que o Governo «AD» tem promovido no Alentejo. Mais de 150 elementos da GNR, comandados por um tenente-coronel e pelo capitão José Joaquim Correia, acusa a DORA do PCP, «depois de terem arrombado as portas das instalações da UCP Estrela da Manhã, comido e bebido na adega, espancaram à bastonada 12 trabalhadores e feriram a tiro Albano Gomes Ferreira. O deputado Custódio Gingão foi brutalmente espancado e o seu cartão de deputado espezinhado por dois elementos da GNR».

Mais uma vez, a violência e a brutalidade mostram o rosto verdadeiro deste Governo. Trabalhadores de Vendas Novas, Montemor-o-Novo e Mora, concentrados na Herdade do Monte Branco, sede social da UCP Estrela da Manhã, além de espancados, foram perseguidos por elementos da GNR até dentro da vila de Vendas Novas. «Os da Câmara e do Sindicato é que aqui deviam estar para lhes tratarmos da saúde» — ameaçavam alguns desses elementos armados, cuja «disciplina» os levou ainda a dar pontapés em portas de residências e a gritar obscenidades contra as mulheres.

A DORA do PCP, ao alertar a opinião pública para a grave violação das

imunidades, direitos e regalias dos deputados eleitos pelo povo, neste caso na pessoa de um deputado que se identificou sem lugar a dúvidas, reclama dos órgãos de soberania medidas que ponham termo a tais actos e acabem de vez com a «actuação criminoso do Governo Carneiro/Amaral».

Desemprego para 312 trabalhadores

O roubo da herdade do Monte Branco à UCP Estrela da Manhã inviabiliza a Unidade Colectiva e atira para o desemprego 312 trabalhadores. «Os trabalhadores, com o seu esforço e o seu trabalho — afirma a DORA — transformaram essa

herdade abandonada e coberta de mato numa cooperativa florescente. É nessa herdade que se situam as principais instalações e os escritórios da UCP, a cantina, a oficina de reparações, a carpintaria, o parque de máquinas, uma vacaria taurina com ordenha mecânica e as instalações para a engorda de novilhos. Nela os trabalhadores investiram 4 mil contos».

A DORA, caracterizando mais uma vez a actuação do Governo «AD» que, «na sua sanha destruidora é capaz de fazer tudo para destruir a Reforma Agrária», recorda também que ao promover actos destes o Governo Carneiro/Amaral «mostra que está desesperado e com medo do desenvolvimento do

movimento popular. Está com medo do veredicto do povo português».

A DORA, repudiando o atentado de Vendas Novas, apela ao reforço da solidariedade militante e activa para com a Reforma Agrária e os seus trabalhadores. Apela à intensificação da «luta para derrubar este Governo ao serviço dos exploradores e do imperialismo».

O «reservatório» nunca foi agricultor

A terra roubada à UCP Estrela da Manhã foi entregue a uma sociedade em que 90 por cento do capital é de José Maria Duarte, que nunca foi agricultor», refere uma

moção aprovada por trabalhadores agrícolas de todo o concelho de Montemor-o-Novo, que, reunidos em plenário no último sábado, exigiram o apuramento das responsabilidades e a punição dos responsáveis pelos actos violentos de Vendas Novas.

Um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora, que transcreve a moção de repúdio, aprovada naquele plenário, refere, para além dos nomes dos trabalhadores já citados, outras vítimas da brutalidade patrocinada pelo Governo, como Maria Rosa Vagarinho, a quem arrombaram as portas de casa, e outros trabalhadores espancados, como Marílio Venâncio, José Manuel Perdião, Florinda Antónia e Idália Laurinda.

Os preços não param de subir!

Já lançado a todo o gás em autêntica campanha eleitoral, o governo Carneiro/Amaral, fiel a si próprio e à natureza e vocação da Aliança reacçãoária, que o pariu, mantém incólumes, ou se possível refinadas, certas características que desde muito cedo o definiram.

Entre essas características idiossincráticas

destaca-se o uso e o abuso da demagogia. E quem diz demagogia diz a mentira descarada e, no que respeita à evolução dos preços, a grosseira manipulação dos índices estatísticos. Mas os factos são os factos, e então nesta coisa dos preços é fácil para cada um de nós saber onde está a verdade.

Bem podem todos os

Cavacos e todos os Silvas deste mundo clamar na televisão ou onde quer que seja que os preços descem e não sobem, que nem por isso a realidade palpável e quotidiana deixa de ser que os preços sobem e não descem.

Mas há mais. O Governo já tem prontos os aumentos da gasolina (+20%), do

gasóleo (+18%), dos adubos (+25%) e dos transportes e da electricidade (+22%), destinados a entrar em vigor, claro, só depois das eleições. Acontece, porém, que não vai ter essa possibilidade, pois em 5 de Outubro o Povo português saberá dar-lhe a devida resposta!

Mas vejamos mais de perto o que realmente se

tem passado com os preços. Assim é que, de Janeiro a Junho deste ano, e comparando com igual período do ano passado, os preços subiram, segundo os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística, mais 34,9% na rubrica «vestuário e calçado», mais 25,6% na rubrica «despesas de habitação» e mais

20,2% na rubrica «diversos», que inclui produtos de higiene, assistência médica, especialidades farmacêuticas, etc.

Vejamos agora as variações de preços de alguns produtos nas cidades de Lisboa e Porto, entre Janeiro e Junho deste ano, expressas nos quadros juntos.



As variações de preços entre Janeiro e Junho do ano corrente, no Porto e em Lisboa, como documenta o quadro ao lado, são bem a imagem real deste Governo, que prepara, mas só para depois das eleições, substanciais aumentos em produtos-chave como a gasolina, o gasóleo, os adubos, os transportes e a electricidade. Quem todos os dias abre a bolsa cada vez mais magra, nos mercados, nas lojas, nos transportes, vê na prática até onde pode chegar a grosseira manipulação dos índices estatísticos, ao serviço dos objectivos demagógicos e eleitoralistas da campanha «AD». A resposta popular só pode ser uma: a derrota da «AD» e do seu Governo, o fim de uma política antinacional

LISBOA			
Produtos	Janeiro	Junho	
Vaca (carne verde)			
1.ª, sem osso	371\$80	378\$50	
2.ª, sem osso	274\$90	278\$10	
Lombo	490\$80	500\$30	
Peixe			
Goraz	256\$20	262\$00	
Sardinha	34\$00	41\$40	
Corvina	183\$80	200\$50	
Atum em conserva	308\$00	358\$40	
Queijo serra	249\$80	252\$50	
Azeite fino			
Embalado (até 1,5°)	112\$30	122\$00	
Extra (0,5 a 5°)	113\$30	123\$20	
Margarina	72\$20	84\$20	
Cacau	410\$50	434\$80	
PORTO			
Produtos	Janeiro	Junho	
Vaca (carne verde)			
1.ª, sem osso	336\$40	357\$00	
2.ª, sem osso	261\$80	277\$50	
Lombo	425\$50	460\$00	
Peixe			
Goraz	228\$30	232\$20	
Pescada	276\$00	279\$00	
Azeite			
Fino (até 5,5°)	110\$80	125\$60	
Extra (0,5 a 5°)	112\$50	130\$00	
Margarina	72\$70	84\$20	
Cacau	428\$00	441\$50	

(Discursos políticos de Álvaro Cunhal)

Volume I

Volume II

CRISE E QUEDA DOS GOVERNOS PS

DA CONTRA-REVOLUÇÃO LEGISLATIVA O GOVERNO PS/CDS À FORMAÇÃO DO GOVERNO PS/CDS

Como a «AD» quer ganhar os votos da Função Pública

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública, ao caracterizar a política do Governo «AD» para o sector, a propósito dos novos aumentos unilateralmente decididos pelo Executivo reaccionário, acusa-o de impor «salários de miséria», de «recusa à negociação» e de «demagogia, mentira, prepotência e negação de direitos». Os novos aumentos, impostos pelo Decreto-Lei 200-A/80, de 24 de Junho, para 1980, «são de 10,3 por cento de Abril a Junho e de 18,86 por cento de Julho a Dezembro, o que significa um aumento anual de apenas 12,37 por cento», lambra a Federação.

Salientando que o Governo «não respeitou sequer as suas promessas eleitorais», o secretariado daquela estrutura intermédia da CGTP-IN acusa o Executivo de utilizar «de forma escandalosa os dinheiros públicos para lançar uma campanha de desinformação nos locais de trabalho, fazendo distribuir a cada trabalhador uma nota informativa em que tenta demonstrar o impossível»: «Que estes foram os melhores aumentos de sempre». Essa afirmação é totalmente falsa. Como a Comissão Negociadora Sindical (CNS) já denunciou publicamente, os aumentos impostos pela «AD» são os mais baixos desde o 25 de Abril. Para que não restem dúvidas a ninguém, a Federação, no comunicado que emitiu, recorda os aumentos obtidos desde 1974 até 1979 (nomeadamente) só no que respeita a salários: 22 por cento em 1974, já depois da Revolução, com aumentos superiores a 50 por cento nas remunerações mais baixas; 1975 - 16 por cento com aumentos superiores a 30 por cento nas últimas 5 letras (categorias profissionais) da tabela; 1977: 15 por cento; 1978: 17,1 por cento; 1979: 15 por cento. E em 1980? «O Governo - afirma a Federação - que prometera negociar toda a PRC, arrasta intencionalmente a sua discussão, tenta demagogicamente sacudir a água do capote, atirando a responsabilidade para a Assembleia da República e nega na prática uma efectiva negociação».

- Impõe aumentos de apenas 12,37 por cento - metade do reivindicado na PRC (Proposta Reivindicativa Comum);
- Não satisfaz qualquer revalorização de carreiras, chegando ao cúmulo de retirar a sua própria proposta de revalorização do topo de algumas carreiras;
- Nega-se a garantir inequivocamente a estabilidade de emprego de milhares de trabalhadores;
- Viola direitos sindicais e a própria Lei da Greve, manifestando, já então, a intenção de restringir direitos fundamentais, de que as propostas de lei (só) agora apresentadas aos sindicatos são clara confirmação».

Não à entrega da Rabor à ITT

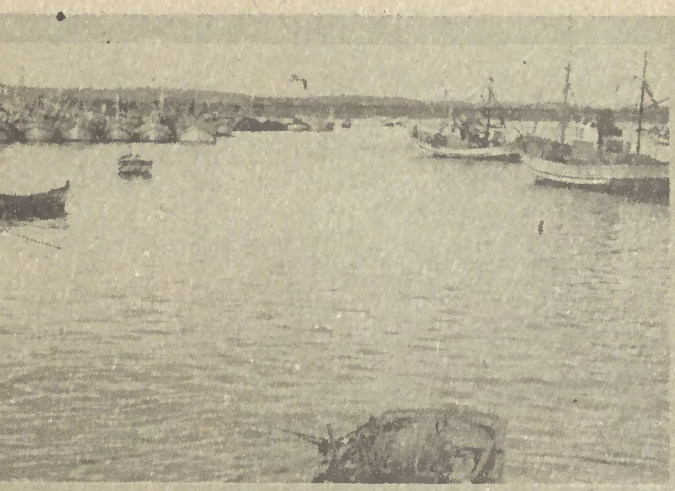
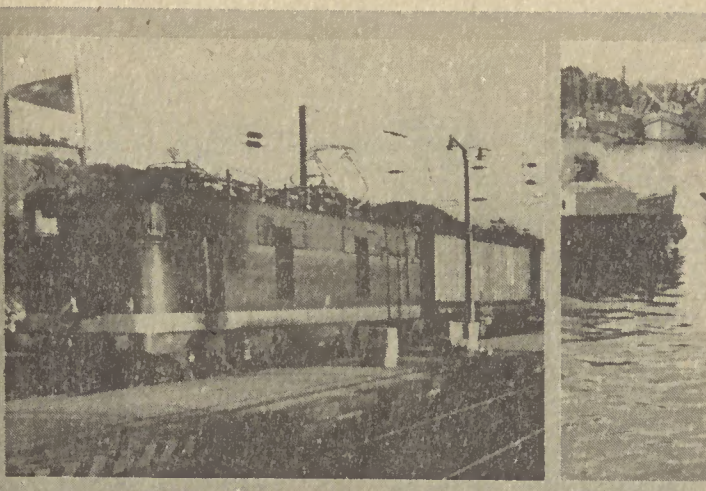
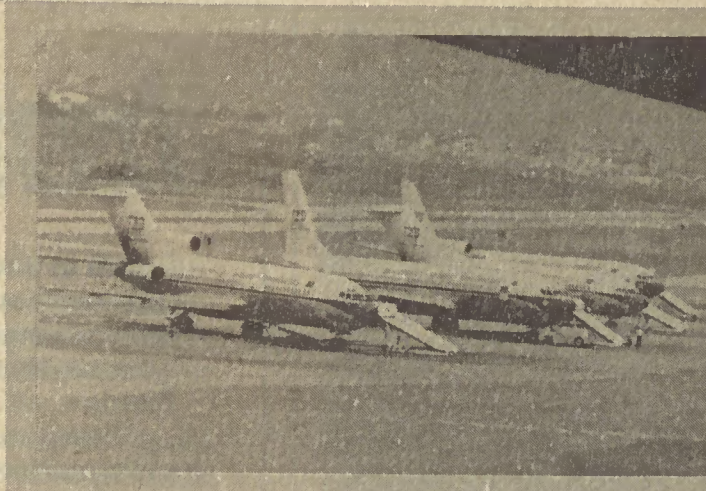
Numa consulta a todos os trabalhadores da Rabor de Ovar, promovida pela CT, a grande maioria manifestou-se recentemente pela transformação da empresa em unidade de economia mista com participação do Estado. Os resultados do escrutínio, por voto secreto, revelam que dos 603 trabalhadores inscritos no caderno eleitoral, apenas 70 (13,1 por cento) votaram pela entrega incondicional da empresa à intervenção da multinacional ITT. Os resultados da intervenção aos órgãos do Poder, revelam ainda que do total dos 538 votantes (89,2 por cento dos inscritos) 424 (78,8 por cento) votaram pela economia mista, sendo os restantes votos distribuídos por nulos (18,3%), e brancos (26,48%). Perante esta votação bem clara e demonstrativa da opção dos trabalhadores, a desintervenção da Rabor não pode ser feita, como na maioria dos casos tem sucedido, com a entrega incondicional da empresa à intervenção do patronato. O Ministério da Indústria e Tecnologia, que estava ainda recentemente a preparar um «instrumento jurídico» para pôr termo à intervenção do Estado na Rabor, deverá ter em conta, como determina a lei, o parecer dos trabalhadores, manifestado democraticamente através do voto. O exemplo da Standard/ITT não pode repetir-se na Rabor, no que respeita a protocolos cozinhados nas costas de quem trabalha e tem o direito de defender o seu emprego e o de todos os companheiros que fizeram prosperar a empresa durante o período da intervenção.

Sobre o bloqueio à contratação

Contra o que o Ministério do Trabalho pretendia esconder recentemente através de uma nota informativa, existe de facto um bloqueio à contratação colectiva de trabalho por parte do Governo, cuja política se virou decididamente desde início não só contra esse direito dos trabalhadores, mas contra todos os direitos que lhes sirvam para defender os seus reais interesses de classe e até o interesse nacional. Como lembra a CGTP-IN, ao protestar contra a mentira do Governo «AD» no caso da contratação colectiva, aquele bloqueio «não pode ser visto apenas pelo número de convenções publicadas, pois como é óbvio a política do Governo pode ser objectivamente de bloqueio, mas uma forte movimentação de massas pode obrigá-lo (e ao patronato) a solucionar os processos pendentes, impedindo a concretização de tal política». Na verdade, assim tem sucedido. As lutas de massas têm evitado que essa política seja levada muito mais longe. Tão longe que, a concretizarem-se os projectos do Governo, já não se poderia falar de bloqueio, mas de autêntico congelamento que o Executivo das multinacionais ainda não desistiu de pôr em prática como sucede com os contratos de várias empresas públicas.

Como se assalta um banco nacionalizado

Só relativos a 1975, os subsídios de isenção de horário do trabalho, que o conselho de gestão do Banco Nacional Ultramarino (BNU) se prepara para pagar, ascendem a 170 mil contos. Os prováveis beneficiários de tal verba, que equivale a cerca do dobro dos lucros do Banco em 1979, são na grande maioria gerentes e chefes dos serviços centrais. A falta de clareza de um parecer pedido pelo conselho de gestão ao secretário de Estado do Tesouro do Governo «AD» parece autorizar o mesmo conselho a actuar como entender, apenas com a ressalva de «proceder à distribuição, por vários exercícios, de modo a reduzir o impacto da medida na exploração do Banco». As estruturas representativas dos trabalhadores no BNU, nacionalizado como toda a banca, protestaram contra o pagamento do subsídio, pois o mesmo não é obrigatório depois das nacionalizações, juntamente com as quais foi abolido o regime de isenção. O BNU já não paga, como sucedeu em determinado período anterior à nacionalização, alguns salários inferiores à generalidade dos bancos, o que justificaria a instauração do subsídio nesse período para atrair e fixar quadros de chefia. A partir de 1975, não há motivo (contratual ou outro) que justifique o pagamento de tão vultuoso subsídio. A Comissão Nacional de Trabalhadores do BNU afirma que se trata de mais um «duro golpe» visando a destruição do Banco.



Dois aspectos do mesmo ataque aos alicerces da democracia

A recente greve dos pilotos da TAP e a preocupação dominante dos seus dez mil trabalhadores, que é a defesa dos postos de trabalho; a terceira greve na CP em menos de um mês com a intensificação da luta por direitos elementares; a situação na Standard/ITT e na Rabor;

o assalto do Governo «AD» a empresas do sector empresarial do Estado, incluindo as ameaças contra a EDP, que já vieram a público e de que o «Avante!» se fez eco no número anterior; a escalada governamental contra as cervejeiras, a CIMPOR (cimentos), a Covina e outras empresas com posições maioritárias do Estado; a crescente degradação das pescas com os trabalhadores marcando posição e adoptando formas de luta para solucionar os conflitos, inclusive a luta solidária para a solução do caso dos pescadores do «Rio Vouga»; eis, entre muitas outras que estimula ou sanciona em empresas, algumas graves situações de conflito criadas por este Governo, ou que este Governo não resolve, quer por incapacidade, quer para exacerbar a política de

confrontação permanente de que espera obter lucros políticos a curto prazo para a coligação reaccionária «AD» e para a sua clientela principal, a dos grandes privilegiados do fascismo, ansiosa por dividir entre si (não sem contradições e conflitos, como na TAP) o espólio que espera do assalto às nacionalizações.

A juntar a essas situações de conflito e à luta dos trabalhadores, com notórios recuos e mesmo derrotas do Executivo reaccionário, surge, com o Parlamento encerrado, nova tentativa do Governo para impor às classes trabalhadoras um «pacote laboral» que tem em vista, como diz o próprio ministro instalado na Praça de Londres, uma «reformulação de fundo de toda a legislação do trabalho e do emprego» que, com o falso alibi da «adequação» à CEE, se traduz numa longa lista onde nada escapa desde os contratos a prazo (decreto já considerado inconstitucional pelo CR) à Lei da Greve, passando pela negociação e contratação colectivas e pela organização sindical, e atacando, como sucede principalmente na

Função Pública, o próprio direito à greve dos trabalhadores do sector.

No entanto, o balão de ensaio (e outros já houve, sem êxito) constituído pelos três projectos de lei que os 29 Sindicatos representantes da Função Pública e a respectiva Federação Nacional acabam de rejeitar, saiu completamente furado, como sairão os outros que o Governo promete. Mas, com o Parlamento encerrado, este Executivo às ordens da ITT continua, na prática, a fazer esforços para acabar radicalmente com as conquistas mais sólidas das massas trabalhadoras, que a Constituição considera irreversíveis. Por isso, hoje como em anteriores edições do «Avante!», nesta página se atende novamente através de artigos específicos, de sínteses, ou de referências, conforme o espaço nos permite, aos casos de vanguarda nas lutas dos trabalhadores e das suas organizações representativas contra um Governo responsável pelo que de mais nefasto se fez e tenta fazer contra as conquistas democráticas do povo trabalhador.

«Lock-out» na SE/ITT

Quem manda no País?

● A ITT é que faz a Lei em Portugal?

A luta é conhecida. Os trabalhadores da Standard Eléctrica/ITT, de Cascais, apoiados pelas suas estruturas representativas (Sindicatos, delegados sindicais e CT) têm ido directamente junto das pessoas, junto dos companheiros de outras empresas, junto da opinião pública, apresentar as suas razões que são legítimas e legais para continuar a luta contra o despedimento colectivo de 212 companheiros de trabalho, na maioria mulheres, que a administração da SE/ITT quer impor como «exemplo» aos restantes trabalhadores da empresa, como ameaça permanente aos seus postos de trabalho, e ainda - para cúmulo da prepotência e do arbítrio - como «aviso» de que os direitos e liberdades sindicais nada são naquela empresa perante o quero, posso e mando da multinacional ITT, apoiada num Governo que a autoriza a desprezar, em Portugal, as leis nacionais, a tentar fazer da «lei/ITT» a lei do País.

Mas o Governo «AD» acaba de averbar, neste caso, mais um fracasso a juntar aos outros em que é pródigo. O Supremo Tribunal Administrativo suspendeu a execução do despedimento colectivo ao despachar favoravelmente um recurso apresentado pelos órgãos representativos dos trabalhadores. A Secretaria de Estado da População e Emprego, departamento ligado ao Ministério do ministro Eusebio, que autorizara aquele despedimento, apesar de comprovadamente não existirem razões técnicas, financeiras e económicas que o justificassem, já foi obrigado a re-

conhecer, pelo menos perante os representantes dos trabalhadores, que a decisão do Supremo é para cumprir.

Mas a administração da SE/ITT tem certamente apoios mais fortes neste Governo do que aquele que lhe pode vir da Secretaria de Estado da População e Emprego. Por isso, colocada diante da determinação de fazer cumprir uma decisão de um órgão de soberania, como são os tribunais, faz «lock-out». Não deixa entrar ninguém. Nem despedidos, nem representantes sindicais, nem os trabalhadores que não constam (por enquanto!) das listas de despedimen-

tos. E chama a GNR. E a GNR vai, naturalmente, por causa da «ordem pública», que a administração quer subverter ao fechar os portões da fábrica.

A cena data de há uma semana. Foi na última sexta-feira. Cerca de um milhar de trabalhadores, operários na grande maioria, são impedidos de trabalhar para que se gere a confusão, para que se instale um clima divisionista, para que os trabalhadores se intimidem, temam pelo futuro e desistam de lutar.

A administração da confiança da tristemente célebre ITT não conseguiu os seus objectivos com o «lock-out» de sexta-feira. O Governo, mero gerente dos altos interesses económicos, também não.

Quem manda no País?

A «actuação prepotente, provocante e anticonstitucional do Governo Carneiro/Amaral e da administração da ITT/Standard Eléctrica» ao concretizar o «lock-out» de sexta-feira passada, com as ameaças e coacções subjacentes, não desamou a luta dos trabalhadores. A decisão do Supremo Tribunal é para ser acatada. Os órgãos representativos dos trabalhadores da empresa não desistem de

a fazer aplicar. Na altura em que escrevemos, estavam marcadas reuniões sectoriais na empresa e um plenário para debater o desenvolvimento da questão.

Entretanto, o «lock-out», que levou a União dos Sindicatos de Lisboa (USL) a perguntar num comunicado «quem manda hoje em Portugal», já foi objecto de uma participação criminal na Polícia Judiciária por parte do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, maioritário na empresa.

«Uma conclusão parece clara: afrontando a legalidade democrática, enveredando pelo caminho da ilegalidade fascista, o Governo Carneiro/Amaral desautoriza o poder judicial, assume posições autocráticas e ditatoriais», afirma a USL com base no ponto de vista da Secretaria de Estado da População e Emprego segundo o qual o acórdão do Supremo Tribunal não tinha que ser acatado pela administração/ITT. Esse departamento governamental desmentiu, mais tarde, esse ponto de vista perante representantes dos trabalhadores. Mas, cinco dias depois do «lock-out», nenhum membro do Governo tomara qualquer posição perante a atitude ilegal dos administradores.



No dia do «lock-out» junto aos portões

Motivos suficientes tem pois a USL para perguntar «quem manda hoje em Portugal? Serão os grupos monopolistas e internacionais e as forças imperialistas, ou o Povo português através dos órgãos de soberania efectivamente da vontade popular?»

Agentes provocadores

A administração da SE/ITT não satisfeita com o encerramento ilegal da fábrica, «permitiu-se utilizar agentes provocadores - acusa a USL - para tentar cavar a divisão entre os trabalhadores em luta, provocando situações de confronto, todavia rapidamente ultrapassadas graças à consciência cívica e de classe dos

trabalhadores da Standard».

A USL, manifestando o seu repúdio pela actuação do Governo e dos homens de confiança da ITT na Standard, acrescenta que «essas manobras criminosas, que a consciência nacional condena, não atingirão os seus objectivos. Os trabalhadores, fortes na sua unidade, não esmorecerão na luta e não calarão a denúncia da evidente cumplicidade entre o Governo e a ITT».

«Os trabalhadores - conclui a USL - continuarão a lutar pela defesa dos seus direitos e interesses, pelo respeito das instituições democráticas, confiados em que a justiça saberá, também, impor a legalidade e obrigar ao respeito pelas suas deliberações».

Os ferroviários não lutam por situações de privilégio

A última greve de 48 horas na CP deve ter aberto novas possibilidades de negociação no sentido proposto pela Federação dos Ferroviários e pela Comissão Negociadora Sindical. Mas a situação criada pelo Governo em todo o sector dos transportes nacionalizados, incluindo a TAP, a ainda nas pescas, na marinha mercante e na EDP, obrigou as estruturas representativas dos trabalhadores a prosseguir, adoptar, ou preferir formas de luta não apenas em defesa de direitos ameaçados, mas também para pôr cobro à escalada governamental contra grandes empresas e sectores nacionalizados da economia.

A terceira greve em menos de um mês (2 e 3 de Julho por 48 horas e na última sexta-feira, 18, por 24 horas) paralisou a CP a 100 por cento em todo o País, na segunda e terça-feira desta semana. Os cerca de 24 mil ferroviários, abrangidos pelo pré-aviso de greve decretada pela respectiva Federação sindical aderiram praticamente na totalidade (95 a 98%) à forma de luta adoptada para desbloquear negociações que o conselho de gerência da confiança deste Governo continua a boicotar.

As reivindicações imediatas dos trabalhadores incidem fundamentalmente no reequilíbrio salarial, quebrado na empresa pela atribuição exclusiva de um subsídio aos maquinistas que os restantes ferroviários querem ver generalizado através de um subsídio que pode tomar a forma de um prémio de produtividade que, sem grandes diferenças, beneficie todos os trabalhadores. Neste momento e em resultado de um acordo da direcção da CP com o paralelo dos maquinistas, estes auferem, além do prémio de efectividade (50 escudos diários) com um aos restantes trabalhadores, mais um prémio de condução que oscila entre 3000 e 5000 escudos mensais.

O reequilíbrio entre as várias carreiras na CP é reivindicado pela Federação antes do início das

negociações para a revisão da tabela salarial.

O conselho de gerência limitou-se a propor um prémio que não excedia os 30 escudos diários e um aumento salarial médio de 17 por cento, proposta que os sindicatos não aceitaram.

A Federação dos ferroviários que, por várias vezes tem denunciado a total responsabilidade do Governo «AD» pelos prejuízos causados a centenas de milhares de utentes durante as paralisações da CP, chamou ultimamente a atenção para declarações de um membro do conselho de gerência daquela empresa pública, segundo o qual os prejuízos da CP diminuem quando há greve, pois não são pagos os salários e se poupa em combustíveis e em energia eléctrica, o que ultrapassaria, no arguto entender daquele gestor, a verba perdida nos bilhetes.

O cinismo desse comentário sublinha bem o que este Governo e os seus homens de confiança na CP entendem por serviço público e por direitos dos trabalhadores.

Segundo um porta-voz da Federação Sindical, «esse comentário, vindo da parte de um gestor, confirma o que sempre dissemos: para o conselho de gerência da CP não contam as centenas de milhares de utentes que são afectados pela greve. A mesma acusação é válida para

o Governo - diria ainda o porta-voz - não só porque o Governo nomeou os gestores, mas principalmente porque é o Governo quem dita, até ao pormenor, a actuação do conselho de gerência», que procura por todos os meios auxiliar a «AD» na sua campanha contra as formas de luta legalmente adoptadas pelos trabalhadores, procurando virar a população trabalhadora contra as reivindicações legítimas e realistas dos ferroviários que, por culpa exclusiva do Governo e dos

seus homens de confiança na CP, não podem ser defendidas sem o recurso à greve.

Os trabalhadores da CP, que sempre têm preferido a via do diálogo e da negociação, preparavam na terça-feira ao fim da tarde, através da Comissão Negociadora Sindical, um documento susceptível de servir de base a uma nova fase das negociações.

Entretanto, a União dos Sindicatos de Lisboa, estrutura intermédia da CGTP-IN, manifestava publicamente a sua solidariedade para com os ferroviários e a sua luta. Reafirmando que «os ferroviários não lutam por situações de privilégio», mas muito pelo contrário se limitam a enfrentar «as

medidas discriminatórias da gerência e do Governo «AD», empenhado na total destruição do sector nacionalizado», a USL acusa os gerentes de tentarem «cavar a divisão entre os diversos sectores laborais da empresa» e conclui afirmando que «a actual crise da CP, cuja responsabilidade não cabe aos trabalhadores, pode ser facilmente superada».

Basta, para tanto, que um governo competente e patriótico se decida a tomar medidas de fundo, muitas das quais foram já indicadas pelas estruturas dos trabalhadores».

O plano para a TAP

Os problemas da TAP não ficaram resolvidos, longe disso, com o levantamento da greve dos pilotos. Mas esse facto e o comportamento do Governo tomaram mais clara a situação. Segundo a célula do PCP na empresa, a suspensão da greve «não entrava nos projectos do Governo», obrigado agora a «efectuar nova manobra, de modo a poder continuar a executar o seu plano de desmembramento da TAP» com a consequente ameaça para os postos de trabalho.

Perante o risco acentuado de anulação do acordo colectivo de trabalho e das regalias conquistadas, uma das tarefas principais dos trabalhadores da TAP é prosseguir a luta pela negociação de todas as questões controversas e, ainda segundo a célula, «repudiar todas as tentativas de imposição de medidas gravosas por via administrativa».

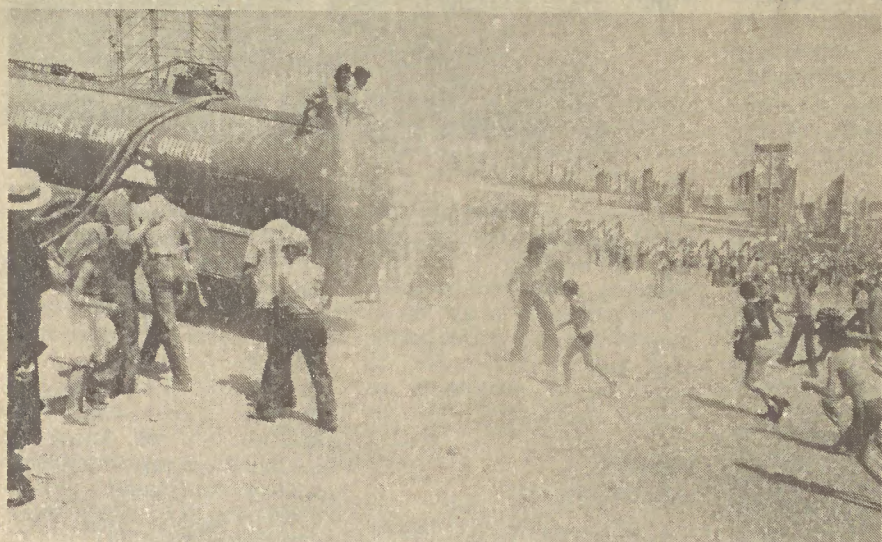
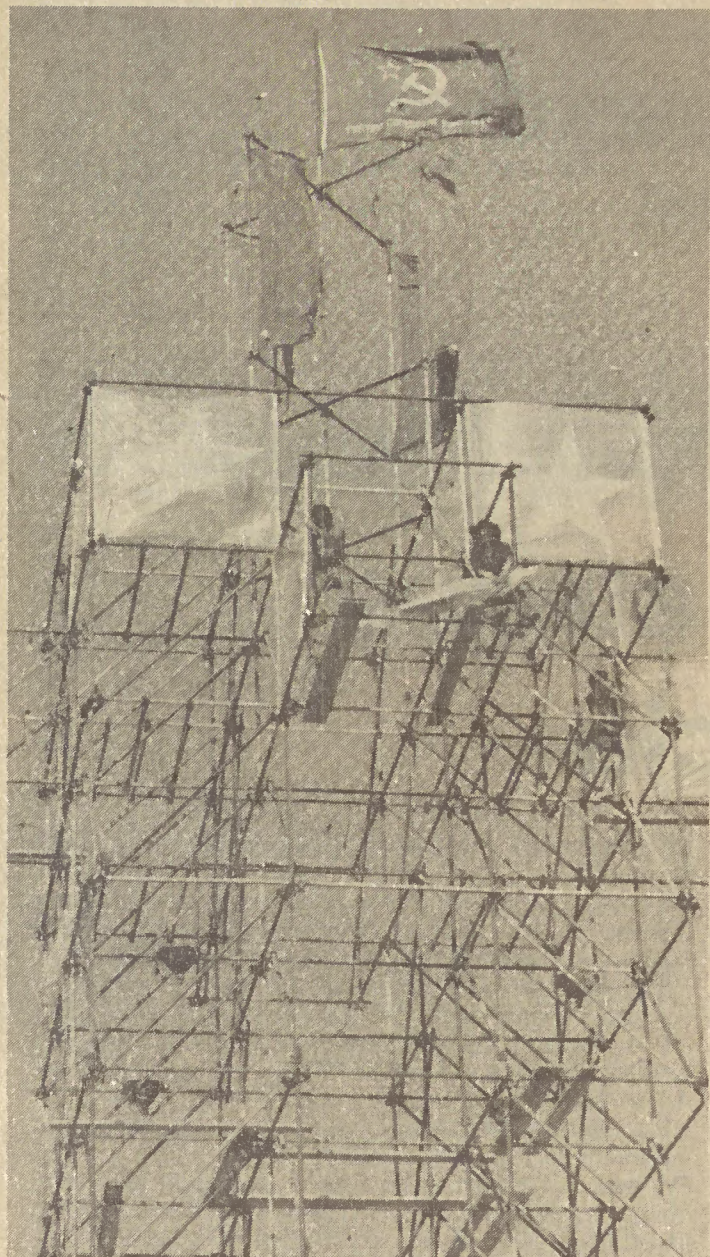
Transportes reúnem-se hoje

Membros das comissões de trabalhadores e representantes sindicais do sector dos transportes, nomeadamente da TAP, CP, Rodoviária Nacional e Marinha Mercante reúnem-se hoje, pelas 18 horas, em Lisboa, na sede do Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, para analisarem a grave situação criada pelo Governo «AD» nas empresas nacionalizadas do sector. A reunião, cuja importância é de destacar, foi convocada pela Comissão Coordenadora Sindical dos Transportes, no âmbito organizado do sector dentro do Movimento Sindical Unitário.

EDP, Função Pública e outras lutas

Enquanto na EDP (Electricidade de Portugal) os trabalhadores repudiavam em plenário a Resolução do Governo 213-A/80 (tentativa para o desmembramento e privatização da parte mais rentável da empresa) e mandavam a sua CT para adoptar «as formas de luta mais convenientes», a Função Pública, através das suas estruturas sindicais representativas, rejeitava em bloco os três projectos de lei que lhe foram submetidos pelo Governo na tentativa de regulamentar a seu modo direitos fundamentais como a negociação colectiva, a organização sindical e a greve. Os sindicatos e a Federação consideraram esses projectos inconstitucionais. Segundo um dirigente sindical da FP, «o projecto de lei sobre organização sindical é um toque de finados para os sindicatos, o da greve visa pura e simplesmente impedir a realização de greves e o da negociação colectiva regulamentar, quando muito, a audição dos trabalhadores».

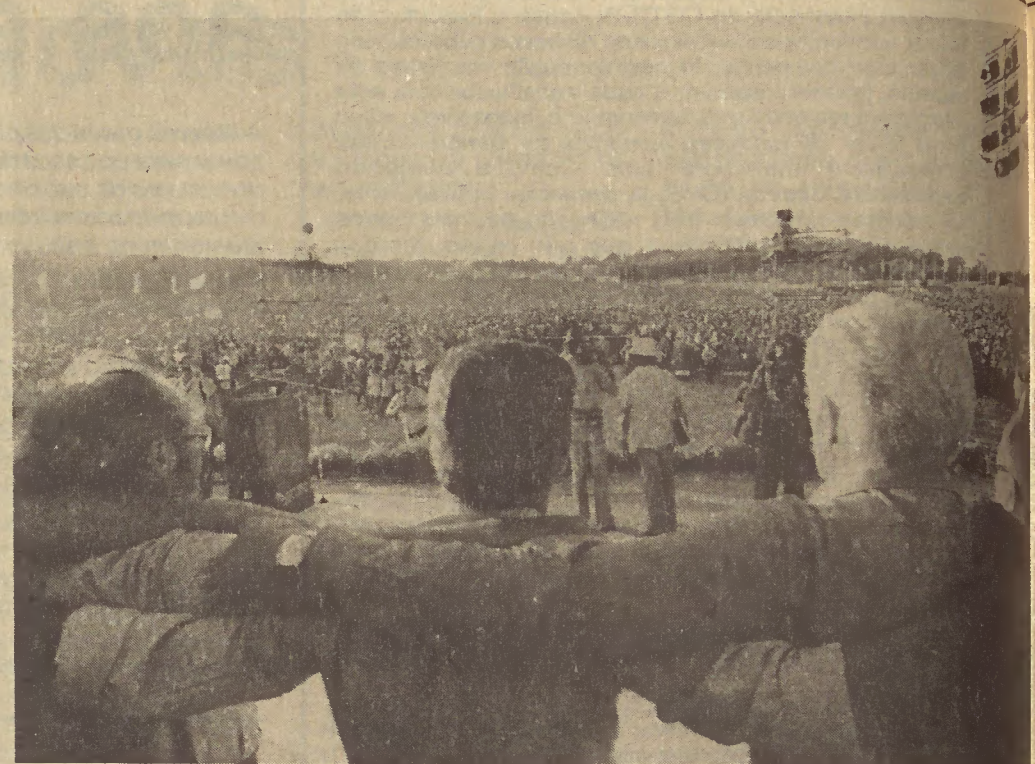
Outras lutas à volta de reivindicações de carácter salarial e defesa de regalias e direitos conquistados têm decorrido nomeadamente, na Marinha Mercante, na ENI (Empresa de Electricidade Naval e Industrial), na Setenave, entre os pescadores de arrasto de Lisboa e Setúbal entre os pescadores do Algarve e de Matosinhos, em empresas têxteis como a Primor e a Manu e na Fábrica Confiança (contra despedimentos).



Imagens da Festa

Já lá vão quase quinze dias e, em certo sentido, a Festa ainda não acabou: há as histórias que se contam, as recordações que se trouxeram, as coisas que se viram e ouviram, as experiências que se tiveram, as lições que se tiraram, os amigos que se fizeram, as novas perspectivas que se abriram...

Porque não, pois evocar mais uma vez esses três dias inesquecíveis? E por isso as imagens aqui ficam, lembrando novamente os diversos aspectos que fizeram da Festa aquilo que ela foi: um grande acontecimento, digno do Partido que o fez acontecer, e de cujo êxito não duvidam mesmo aqueles que fingiram ignorá-lo ou se lhe referiram em termos achincalhantes...

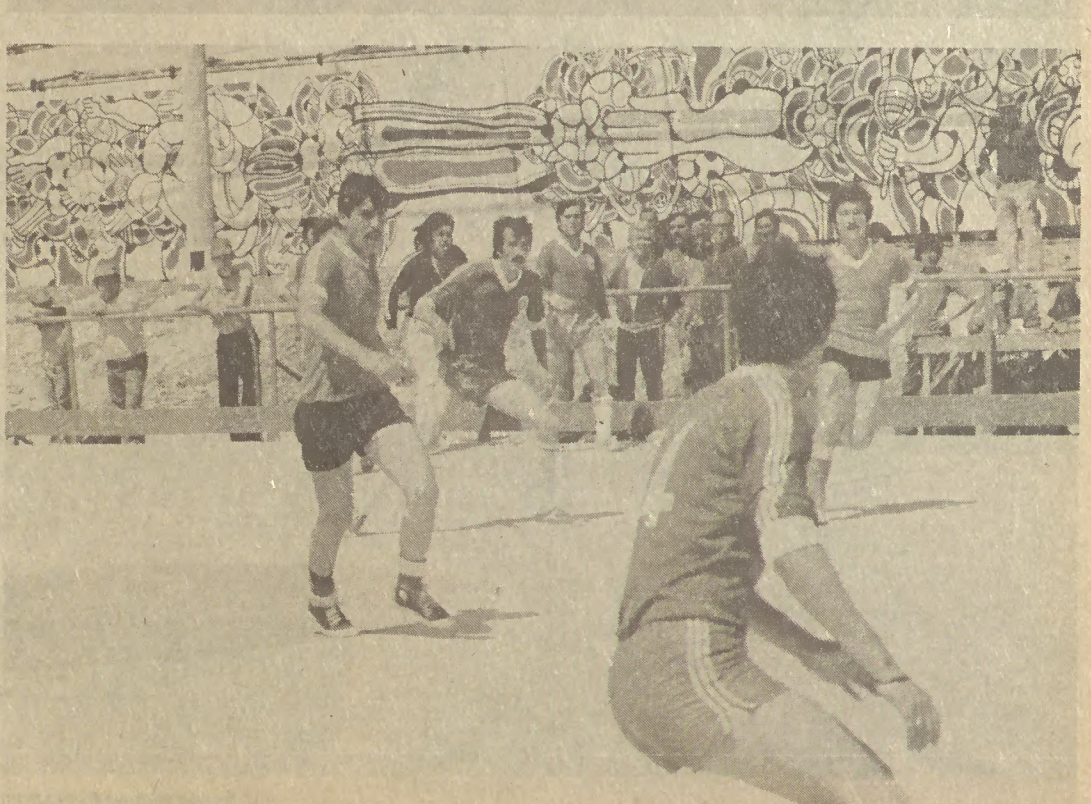
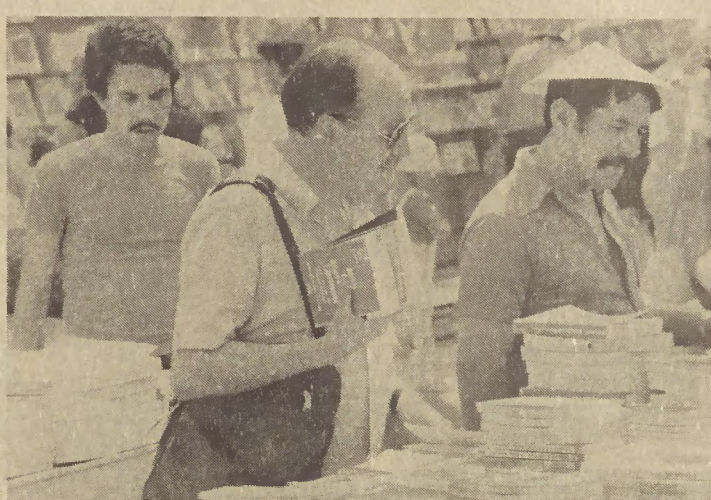
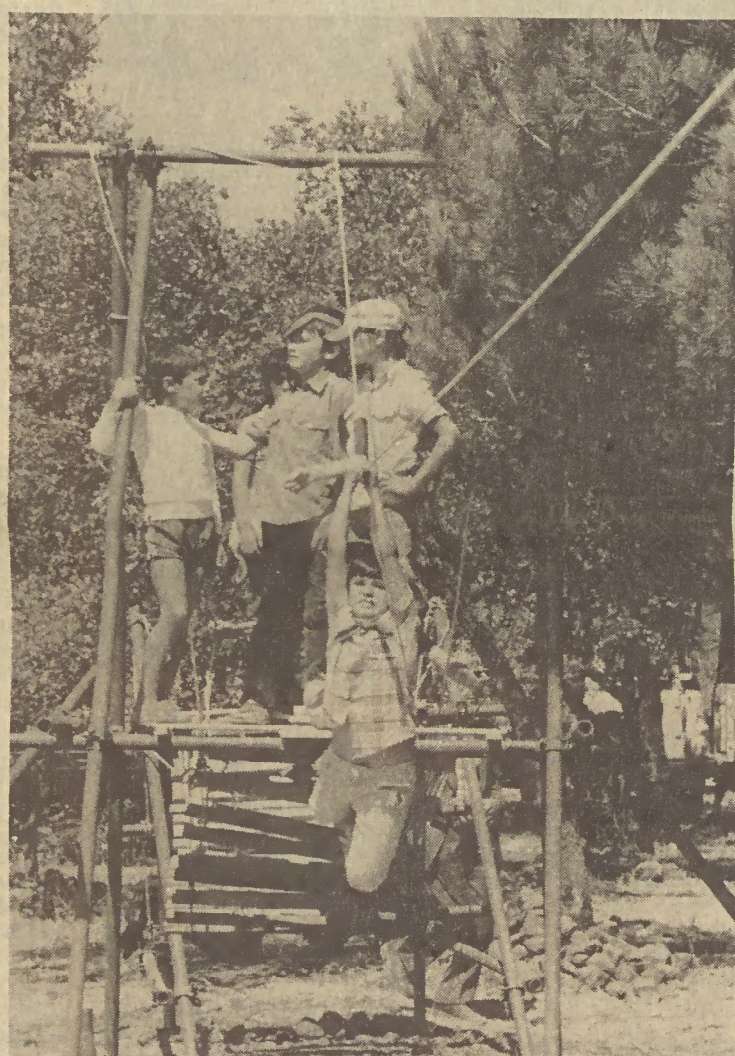


Festa do «Avante!»

A Festa foi o Partido: o trabalho, a dedicação, a alegria, a criatividade, a imaginação, o entusiasmo, a organização, a certeza de vencer; e o abraço espontâneo e fraterno a todos os democratas e patriotas a todos os que não desistem de levar Abril até ao fim.

É também por isto que se pode igualmente dizer que a Festa ainda não acabou. Todos temos já pela frente, com data marcada para 5 de Outubro, uma nova batalha que é preciso ganhar. E preparar desde já.

O mesmo estilo de trabalho que construiu o êxito da Ajuda, é preciso agora transferi-lo e aplicá-lo na luta eleitoral que já começou.. Com a mesma certeza de vencer – Abril vencerá!



As pescas nos Açores

O que os comunistas criticam

o que os comunistas propõem

As Pescas foram um dos temas sectoriais importantes sobre os quais a recente Conferência Regional dos Açores do PCP se debruçou, através de uma intervenção proferida pelo camarada Genuíno Madruga que se referiu às pescas como um dos sectores que, em termos de futuro, apresenta maiores potencialidades, dada a riqueza dos mares circundantes e tendo em conta a situação de extremo atraso em que se encontra.

A falta de apoio e de incentivo, que logicamente conduz à recessão, e a falta de um plano, que conduz à inexistência de objectivos a atingir, foram os dois pontos fundamentais com que o camarada caracterizou a situação.

A pesca artesanal — afirmou —, que é responsável pelo abastecimento das populações e que emprega um grande número dos trabalhadores da pesca, não tem beneficiado de qualquer apoio significativo nesta Região. Algumas medidas anunciadas e executadas pelo Governo Regional, nesta matéria, são-no de forma tão limitada e morosa que acabam por não ter qualquer significado digno de nota.

Quanto à pesca do atum deve referir-se que, muito embora existam algumas alterações na composição e volume da frota e nas relações de trabalho, existem sérios problemas.

E a intervenção salienta algumas: a acentuação da concentração capitalista no sector conserveiro e o simultâneo controlo da frota atuneira pelo mesmo sector conserveiro; este domínio é já suficientemente importante para impor uma política aos restantes armadores, enquanto que os pequenos armadores independentes

estão em vias de extinção; o monopólio conserveiro sobre a frota conduz à adopção de uma política de renovação e alargamento cautelosa para não quebrar o equilíbrio estabelecido; os preços do atum na região são considerados dos mais baixos, não são desenvolvidas artes de pesca mais modernas e produtivas e têm-se realizado tentativas no sentido de anular conquistas alcançadas pelos trabalhadores após o 25 de Abril.

Problemas gerais

Apoio técnico-científico quase nulo — embora exista um departamento de oceanografia e pescas do IUA, com técnicos e funcionários e uma traineira para estudos — foi um dos problemas enunciados pelo camarada Genuíno Madruga, que comentaria: embora tendo anunciado vários projectos de investigação, a verdade porém é que o Departamento das Pescas, se não nasceu morto, pelo menos ainda não começou a respirar!

A formação de profissionais da pesca é outro domínio que tem estado abandonado — disse ainda. Os problemas relacionados com a comercialização do pescado, com toda a protecção dada aos intermediários, sem a existência de preços de garantia, são dos problemas que mais têm preocupado os pescadores e que motivaram até a grande e vitoriosa luta, com paralisação por quinze

Aliais, deve frisar-se que nada vem sendo feito a nível nacional e regional como o fim de se iniciar a exploração da «economíssima» Zona Económica Exclusiva das 200 milhas que temos.

Têm sido passadas licenças de pesca a outros países, sem que se saibam os seus termos. Na nossa opinião, os acordos de pesca a estabelecer têm que implicar uma contrapartida válida para o nosso país

a maioria dos quais sem condições algumas. Dada a importância que têm no abastecimento do mercado local pensamos que deviam ser introduzidas nesses portos, que servem o pescador artesanal, alguns melhoramentos que criassem condições de segurança.

Estruturas que funcionem

Por outro lado têm que ser criadas em todas as ilhas portos de pesca, bem equipados, para a frota industrial. A este respeito exigimos que os estudos prévios sejam feitos com clareza e com a participação activa dos interessados, entre os quais os pescadores.

Pensamos também que é urgente pôr a funcionar em termos as instalações do frio dos serviços oficiais, algumas delas já avariadas

Por Leandro Martins nosso enviado especial

dias dos pescadores do Faial, no ano passado.

Após ter observado que a Secretaria Regional de Agricultura e Pescas se limita a dar andamento a assuntos correntes e não tem ideias assentes — boas ou más — sobre o futuro das pescas, a intervenção produzida na Conferência Regional do Partido denuncia os perigos da projectada adesão à CEE:

Ao pretenderem meter-nos na Europa da concentração capitalista e da Europa das potentes e modernas frotas pesqueiras, que seria do nosso futuro? Com que entravamos? Com a nossa frota, pequena, velha, mal equipada não seria, por certo. Será que nós, pescadores, acabaríamos por ir tripular, por baixos salários, os navios desses países?

E a nossa Zona Económica Exclusiva? Será pela certa área de actividade da CEE, sem que nós pudéssemos tão pouco competir.

e deve o montante que daí resultar ser encaminhado para o fomento da pesca, o apoio aos pescadores, o ensino técnico profissional e a criação de infra-estruturas necessárias.

Existem pelas nossas ilhas — afirmou ainda —, pequenos portos de pesca,



«Ainda não há muito tempo o peixe era tanto que se escolhia o mais abundante e se deixava o que começava a rarear. Mas agora...»

dente da Cooperativa de Pesca «Rumo à Vitória». Queres contar-nos a história da Cooperativa?

— Sou o presidente da Cooperativa, que tem hoje 71

associados, todos pescadores de São Mateus, Porto Judeu, Angra e Porto Martin. A Cooperativa começou em 1977...

— Qual foi a reacção dos

intermediários ao vosso movimento?

— Quando fizemos os nossos planos, os intermediários também se reuniam. Eles eram só meia dúzia,

mas sabiam o que planeávamos para fugirmos ao controlo dos preços que eles impunham. Começaram a intimidar os pescadores, de tal maneira que cheguei a ficar sozinho com a minha companha — um barco e sete homens. Mas fomos para a frente.

Logo no primeiro dia — recordou o camarada — podíamos pôr o peixe a 50, 55 escudos, ao passo que os intermediários o vendiam a 85, 90. Pusémos a nossa carga de peixe na Câmara Frigorífica da «Tercom» e eles foram ter com o veterinário, a dizer que o nosso peixe estava podre e que tinha gasóleo. O veterinário, que não analisou o peixe, veio ter com a gente, a dizer o mesmo. Que o peixe estava podre e que ia destruí-lo com criolina. Chegou a ameaçar-nos com mais gente...

Mas o povo queria o peixe. O veterinário mandou chamar a polícia, que me prendeu.

— Porque?

— Porque não me sujeitei. No dia seguinte dei o peixe que tinha ido buscar — cerca de dez contos — às pessoas. E pedi a verificação do peixe

capazmente essas proibições.

Pensamos ser necessários criar um fundo de apoio à pesca artesanal e às estruturas económicas dos pescadores que funcione eficientemente na atribuição de critérios.

Finalmente o camarada Genuíno Madruga referiu-se aos passos já dados no reforço das organizações de classe dos pescadores, no caminho de um sindicato forte e unido e aos objectivos da classe em dar vida às cooperativas de comercialização e produção existentes.

Lutamos — disse — pelo desenvolvimento da actividade piscatória, a bem do nosso País e da Região Autónoma dos Açores, conscientes de que esse desenvolvimento tem que ser realizado pelos pescadores, defendendo os seus interesses e os interesses do nosso povo.

do frigorífico pelo veterinário da Intendência. Foi lá e disseram-me que podia pedir uma junta. Mas só mais de oito dias depois é que lá foram. Durante esse tempo andaram sempre a vigiar-me e a fazer pressão para deitar o peixe fora. Resistimos. No dia marcado lá estava eu com a minha companha. E a análise mostrou que o peixe estava bom...

— Ganharam.

— Ganhámos, mas fui à mesma a tribunal.

— Acusado de quê?

— De desobediência e de ter dado o peixe às pessoas. O delegado de saúde e o veterinário não conseguiram provar nada e o juiz acabou por me absolver.

— A partir daí?

— A partir daí continuaram as dificuldades. Eles mantêm os pescadores divididos. A nossa Cooperativa funciona, mas funciona com dificuldades. Temos um carro, uma camioneta oferecida pelos metalúrgicos de Lisboa. Mas é preciso organizar e responsabilizar mais os pescadores.

— Uma última pergunta: a rede do frio, como funciona?

— Não funciona. A rede do frio só dá se for por nossa conta, por conta dos próprios pescadores. Não dá nada se for por conta do Governo Regional ou por conta dos intermediários, porque os lucros são sempre deles. A rede de frio o que tem hoje é galinhas. E é administrada por gente do Governo Regional...

Tubarões em terra...

— O peixe é como a gente: se não tiver filhos, não há nova geração para o futuro — comentou o camarada José Fernandes, pescador de S. Mateus, Terceira, e dirigente da Cooperativa «Rumo à Vitória», durante a conversa que tivemos num café do porto pesqueiro que visitávamos pela segunda vez. Falava o camarada da má situação das pescas nos Açores e das piores perspectivas que esperam os trabalhadores do mar.

— Diz-se que os Açores são muito ricos de peixe, mas o que estamos é cada vez mais pobres...

— Agora já não é assim. Não se cumprem as leis em vigor e o peixe vai-se acabando.

— Porque?

— Porque vêm cá as outras frotas pescar com o «trol». Levam tudo.

— O que é o «trol»?

— O «trol» é um cabo muito comprido, chega a ter três, quatro, cinco quilómetros de comprimento. Deltam-no aí ao largo, cheio de anzóis. Aquilo pesca tudo, desde o peixe maior ao mais pequeno, tudo lá fica. Peixe pequenino, que não serve para nada e que morre sem se reproduzir. E às vezes eles perdem o cabo, vêm os tubarões ao peixe morto e engodam ali. Comem o peixe pequeno todo. Há pesqueiros estragados já.

— Mas afinal quem pesca, assim nas águas dos Açores?

— São as frotas espanholas e francesas e outras. O pior é que aqui os pescadores começam a fazer o mesmo para não ficarem atrás. Ainda não há muito tempo o peixe era tanto que se escolhia o mais

abundante e se deixava o que começava a rarear. Mas agora, com os contratos que fizeram para os estrangeiros virem para cá, já há qualidades de peixe que desapareceram. A sardinha desapareceu praticamente. A cavala também, ou quase. Pesca-se abrótea do tamanho de carapau, quando é um peixe que atinge vários quilos...

— O que se tem feito para contrariar esse estado de coisas?

— Nós, os pescadores daqui, há anos que nos batemos para acabar com o «trol». Com dois anzóis trazíamos peixe para a ilha e sobrava. Hoje leva-se quinhentos ou mil anzóis e não se traz, por cada barco, o peixe que se trazia. Por outro lado, se um indivíduo é apanhado com quatro ou cinco contos de peixe a pescar ao «trol» apanha uma multa maior que o valor do peixe.

— E os estrangeiros não são multados?

— São. Mas é escandaloso. Chegam a estar aqui presos barcos espanhóis.

Mas eles até se riem. Pagam uma multa de 20 contos e levam centenas de contos de peixe.

— E o pescado não lhes é apreendido?

— Não, levam-no todo. Eles já sabem disso. Houve até um caso, denunciado por um pescador da Horta, que vale a pena contar: foi apressada uma vez uma traineira espanhola e levada para a Horta. A traineira fugiu, foi novamente apanhada, depois de resistir. Tinha 30 ou 40 toneladas de peixe e pagou umas centenas de escudos...

E José Fernando traça uma conclusão:

— Os contratos que eles fazem, a dizer que somos ricos em peixe, afinal não nos favorecem a nós, pescadores daqui. Favorecem os estrangeiros. E de tal maneira que cada vez há menos pescadores. Uma boa parte aqui de São Mateus já foram para a construção civil porque não ganhavam para a água que bebiam.

«Rumo à Vitória»

— Já expuseram o caso ao Governo Regional?

— Já lá fomos falar. Por sinal, os marítimos aqui do porto até me pagaram a soldada quando lá fui representá-los numa reunião com o secretário de Agricultura e Pescas.

— Resultados.

— nenhuns. A situação continua a agravar-se.

— Sabemos que é presi-



«Lutamos pelo desenvolvimento da actividade piscatória, a bem do nosso país e da Região Autónoma dos Açores, conscientes de que esse desenvolvimento tem que ser realizado pelos pescadores, defendendo os seus interesses e os interesses do nosso povo»



A pesca artesanal, responsável pelo abastecimento das populações, não beneficia de qualquer apoio significativo nos Açores



Convidados estrangeiros à Festa falam ao «Avante!»

Conforme destacámos na passada semana, mais uma vez este ano a Festa do «Avante!» constituiu uma importante jornada de solidariedade internacionalista, com a presença entre nós de cerca de quarenta delegações de partidos comunistas e operários e de movimentos de libertação e outras organizações progressistas de todas as latitudes.

África do Sul

Aumentam as dificuldades para o regime

«O ataque das forças militares racistas a Angola constitui não só uma inqualificável agressão a um país livre e independente, mas prende-se também com a questão da Namíbia» — afirmou ao «Avante!» o camarada Francis Meli, director da Propaganda e Informação da ANC, movimento de libertação da África do Sul, em Londres.

«As tropas racistas atacaram na zona que se pretende desmilitarizar, de acordo com proposta da República Popular de Angola, aprovada na ONU, num profundo desrespeito, portanto, pelas decisões da ONU. Isto mostra que Pretória não está minimamente interessada na independência da Namíbia. O silêncio cúmplice dos cinco países capitalistas envolvidos nas negociações para a independência da Namíbia, prova, por outro lado, que estes governos se identificam com a política seguida pelo governo da África do Sul».

Ascenso de luta

«A explosão numa das mais importantes refinarias da África do Sul foi um grande acontecimento da fase actual da nossa luta. Apanhou de surpresa os racistas. Particularmente pela sua rapidez e pelo seu nível técnico. O que prova que o movimento de libertação atingiu um elevado nível de técnica militar e, simultaneamente — destacou Francis Meli com ironia — que é falsa a teoria racista de que os negros são uns incapazes, atrasados, inferiores.

«Este golpe foi dirigido onde mais pode prejudicar o regime. Digamos que foi dirigido a um centro vital, um centro em que estão também envolvidos monopólios internacionais de

Inglaterra, EUA, RFA, Japão, Israel, Itália, França. Assim, a acção guerrilheira atinge dimensões internacionais».

— Não se verificam só progressos notórios na luta

libertação do dirigente da ANC, Mandela, e de todos os presos políticos.

«Muitos milhares de pessoas estão empenhadas nesta batalha. Há comités de

Apelo ao povo português

«Apoiai a luta na África do Sul. A nossa luta contra o «apartheid» e o fascismo está directamente ligada à luta do povo português contra o colonialismo e o fascismo. Temos os mesmos inimigos e os mesmos interesses. Apoiar a luta da África do Sul não é um simples acto de humanitarismo. É um acto de solidariedade entre povos empenhados numa luta de vida ou de morte».

armada. No que respeita à luta de massas há também um ascenso significativo.

— Sim. Podemos dizer que neste momento se vivem greves por todo o país. Desde as greves na indústria alimentar, armazéns de frio, carne verde (as vendas desceram em 40%), na Cidade do Cabo, às greves na indústria automóvel (Volkswagen, General Motors, etc.) em Port Elizabeth».

— E os estudantes? — Na luta estudantil há um importante desenvolvimento. Há grandes diferenças em relação a Soweto. Neste momento esta luta processa-se à escala nacional, e envolve todos os grupos raciais e sectores sociais: africanos, mestiços, indianos, pais e professores. Não se trata só de uma questão de língua utilizada no ensino. Exige-se sim uma democratização da vida nacional, impossível de alcançar sob este regime. E os estudantes sabem-no. Aprenderam bem a lição de Soweto.

A libertação de Mandela uma exigência nacional

«Uma outra importante frente de luta é a luta pela

Já no último número registámos breves declarações de alguns convidados estrangeiros, acerca da situação nos respectivos países. Cabe hoje a vez aos delegados do Chile e da África do Sul (ANC), onde, apesar das diferentes condições específicas, os respectivos povos desenvolvem uma luta difícil e tenaz contra a ditadura e o imperialismo.

imprensa, nas igrejas, no Parlamento, nos sindicatos, nos locais de trabalho, nos bairros «ghettos». O governo é incapaz de o impedir, dada a dimensão assumida pelo movimento.

«E no entanto toda a gente sabe que Mandela é dirigente da ANC. Assim se prova que o povo sul-africano se identifica com a ANC, como se identifica com a Carta de Libertação, de que se celebrou em Junho o 25.º aniversário, e que corresponde ao programa da ANC».

As lições do Zimbabwe

«O nosso povo diz: o que foi possível no Zimbabwe, nós

também o faremos. Na verdade, para nós o Zimbabwe encerra várias importantes lições.

«1.º — é impossível à minoria racista branca oprimir eternamente a maioria negra. O Zimbabwe mostrou que nem o dinheiro, nem a opressão, a repressão, a maior brutalidade, podem travar um povo na luta pela liberdade; 2.º — sempre que um dirigente negro é reconhecido pelos racistas — não só isso já de si é significativo, como automaticamente tal dirigente fica destruído enquanto tal. Também os racistas sul-africanos queriam um Muzorewa. Mas o povo quer — inequivocamente — Mandela, e assim luta pela sua libertação.

«Não são só lições do passado que nos vêm do Zimbabwe. Actualmente o Zimbabwe vive uma situação difícil, tem problemas internos. Mas o que mais preocupa o povo do Zimbabwe é a possibilidade de uma agressão externa ligada a manobras do imperialismo, especialmente no que se refere à Grã-Bretanha».

Intensificação da luta tem duplo objectivo

«Os ataques dos racistas a Angola são também ataques à SWAPO (movimento de libertação da Namíbia) e à ANC. Pensamos que a melhor forma de resolver a questão dos constantes ataques do Exército racista aos países fronteiriços é intensificar a luta de libertação na África do Sul e na Namíbia.

«A intensificação da luta surge assim também como uma forma de solidariedade aos povos de Angola, do Zimbabwe, de Moçambique da Zâmbia — vítimas do regime racista».



Chile

Nova fase de luta popular

«Neste momento, e face à actual situação internacional, o fascismo no Chile tenta superar a situação de isolamento em que se encontra e simultaneamente consolidar-se no Poder», declarou ao «Avante!» o camarada que chefiou a delegação chilena presente na Festa.

«Estes esforços do fascismo materializam-se em manobras como a de uma «nova» constituição, o plano sindical (que visa de facto a liquidação dos sindicatos e maiores limitações à luta dos trabalhadores). No fundo a institucionalização do fascismo, como aliás está a ser tentada noutros países da América Latina».

«A tentativa de institucionalização do fascismo é acompanhada de uma acentuação da repressão e da sua legalização, sendo dada publicidade a factos antes cuidadosamente ocultados, como foi o caso recente do anúncio, no jornal oficial «El Mercurio», de mais uma deportação de estudantes comunistas. Na sua debilidade, o fascismo intenta assim um golpe de força».

Nova etapa de luta

«Depois de cinco anos de activa resistência à ofensiva

fascista, vive-se neste momento, como um pouco por toda a América Latina, um período de contenção dessa ofensiva, tendo-se passado a uma fase em que as forças antifascistas, encabeçadas pela classe operária, tomaram a iniciativa.

«Neste último ano realizaram-se centenas de manifestações, cerca de 70 greves, algumas delas de importância nacional. Verifica-se uma nítida ampliação dos sectores em luta».

Os efeitos da solidariedade

«A solidariedade internacional tem constituído um forte incentivo, é uma componente da batalha do povo chileno contra o fascismo. Como tal assume grande importância na nossa luta.

«Entretanto, ultimamente, à medida que se agudiza a luta no Chile, certa solidariedade assume de facto um carácter divisionista e como tal altamente lesivo dos interesses do povo chileno. Assim, quando mais do que nunca se impõe a unidade de todas as forças antifascistas no Chile, verifica-

-se uma clara tentativa de afastar, isolar os comunistas, através de uma solidariedade selectiva. Neste domínio — e não só no Chile — joga papel de primeiro plano a social-democracia europeia.

Que perspectivas para a Namíbia?

«O principal objectivo do regime racista seria a institucionalização de um regime-fantochesco na Namíbia, completamente subordinado a Pretória. Falhando este objectivo passariam a uma tentativa de bantustização, uma outra forma de subordinação, com a máscara de um governo negro.

«Entretanto, e embora Pretória esteja particularmente empenhada em se opor a uma real independência da Namíbia, afirmando estar a «defender» o seu povo da SWAPO e de toda a Humanidade... o governo racista não tem de facto hipóteses de lidar com o problema. A SWAPO é muito forte e tem sólida implantação popular».

Solidariedade com o povo da Coreia!

No dia 11 e 12 de Julho realizou-se em Roma, por iniciativa do Comité Italiano do Comité Internacional para a Reunificação da Coreia, uma Conferência de emergência sobre os recentes acontecimentos na Coreia do Sul e sobre a reunificação.

Estiveram presentes representantes de partidos políticos e comités nacionais para a reunificação da Coreia, da quase totalidade dos países europeus. O PCP esteve representado pelo deputado Jorge de Lemos, com quem trocámos breves impressões após o seu regresso.

— Que formas assumiu, na Conferência, a denúncia dos acontecimentos na Coreia do Sul?

— Para além da denúncia divulgada por representantes do povo da Coreia, tanto do Norte como do movimento democrático do sul, que se traduziu nomeadamente numa impressionante exposição fotográfica, todos os países presentes tomaram a palavra para condenar a repressão e — facto importante — nas intervenções de socialistas e mesmo de social-democratas, sem excepção, para denunciar a responsabilidade dos Estados Unidos nessa repressão.

Há mesmo a assinalar um exemplo significativo, referido pelo representante da RFA. O embaixador da Coreia do Sul em Bona foi chamado pelo ministério dos Negócios Estrangeiros da RFA, para que lhe fosse referida a apreensão com que o governo alemão encarava a repressão.

— Mas claro que havia diferenças nas posições tomadas...

— Sim, naturalmente. Digamos

que são de assinalar duas tónicas: a condenação — generalizada — da política seguida pelos EUA, e de outro lado, pela nossa parte, a ligação dos acontecimentos da Coreia à mais vasta tentativa do imperialismo para controlar os pontos-chave, os casos do Médio Oriente, do Irão, etc., e ainda o apoio à República Democrática da Coreia na sua justa exigência de retirada das tropas dos EUA do Sul.

— Que documentos foram aprovados?

— Foi aprovada uma Declaração de apoio à reunificação e uma carta aos governos da Europa Ocidental com o objectivo de alertar para a situação de repressão e motivá-los para levantar esta questão na «Comissão de Direitos do Homem» da ONU.

— Qual a situação actual do movimento democrático na Coreia do Sul?

— Apesar da brutalidade da repressão o movimento não foi liquidado. Um movimento de tal envergadura tem obrigatoriamente fundas raízes populares (e não está na dependência do exterior, como acusa o governo de Seul). E sobrevive. Luta-se hoje pela libertação de todos os presos políticos, em particular de alguns destacados dirigentes.

A posição do PCP

Intervindo no decorrer da Conferência, o representante do PCP afirmou, nomeadamente: «Consideramos que a luta pela reunificação da Coreia, pela liquidação do regime fascista de Seul e pela evacuação das tropas norte-americanas do Sul do país, se integra na luta geral contra o imperialismo, pela paz, pelo desarmamento e a segurança internacional.

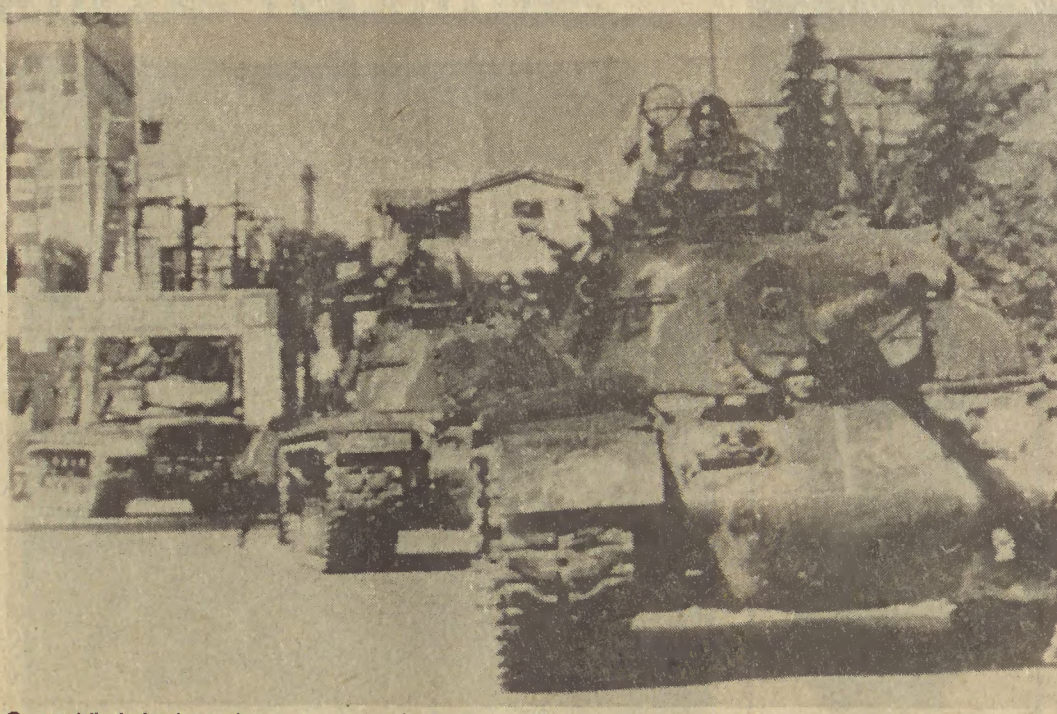
Entre Março e Maio deste ano a Coreia do Sul foi palco de uma poderosa revolta popular contra o regime ditatorial apoiado pelos EUA, tomando a dimensão de insurreição popular na cidade de Kwangdjou. A repressão foi sangrenta: mais de um milhão de mortos e mais de dez mil feridos. As imagens falam por si.

«A acção do imperialismo na Coreia integra-se na estratégia de dominação, opressão e exploração dos povos, integra-se nas tentativas do imperialismo para impedir o desenvolvimento do processo revolucionário. Para vencer estas pretensões do imperialismo e garantir a vitória da luta pela liberdade, a independência nacional, o progresso social e o socialismo, o PCP considera de importância decisiva o reforço da amizade e da cooperação com os povos da União Soviética e dos países socialistas, com o movimento operário dos países capitalistas e com o movimento de libertação nacional.

«O povo coreano não está só na luta. Sabe que pode contar com o apoio solidário de todas as forças anti-imperialistas e amantes da paz».



Uma mãe chora o filho assassinado



Carros blindados lançados contra a população em revolta



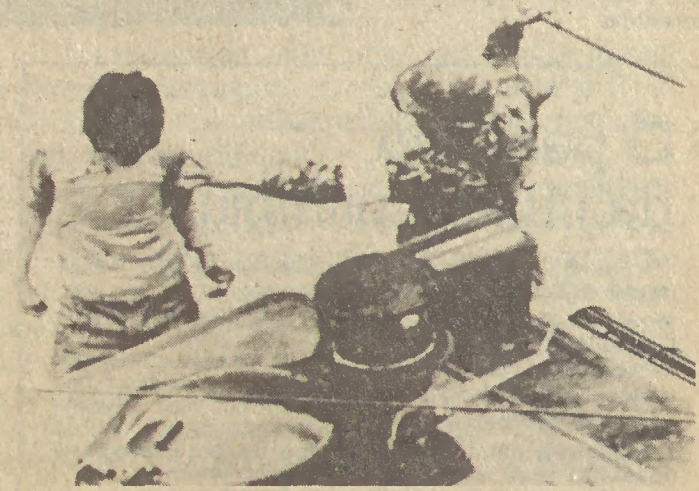
Nem os mortos escapam aos maus tratos



A polícia utiliza todos os processos, incluindo o pontapé...



Não obstante as bombas lacrimogéneas, jovens estudantes lutam contra a sangrenta repressão



O sadismo de um soldado sul-coreano

OLIMPIÁDA-80 ATÉ 3 DE AGOSTO NA URSS

A cerimónia solene de abertura:

Um espectáculo nunca visto!

Eram precisamente 17 horas e 30 minutos (locais) quando o antigo campeão olímpico do triplo-salto Viktor Saneev entrou no estádio Lénine transportando a chama olímpica, que, já na pista, a passou para as mãos de Serguei Belov, um dos mais conhecidos basquetebolistas da URSS e do Mundo, que de imediato se dirigiu para a pira do belo estádio moscovita, acendendo a chama olímpica.

Numa moldura humana onde o entusiasmo marcou presença destacada, começava então um espectáculo nunca visto nos Jogos Olímpicos.

Depois de executada a ode ao desporto pela Orquestra Sinfónica e o coro presentes no estádio, eram largadas milhares de bombas, sendo em seguida lido o juramento olímpico dos atletas pelo soviético Andrianov.

O programa elaborado pela organização incluiu, então, um espectáculo variado em que a ginástica, a música, as tradições folclóricas, a harmonia, o movimento e a raiz histórica dos Jogos Olímpicos deram as mãos num cenário de rara beleza, proporcionado por milhares de ginastas, em classes infantis, juvenis e seniores.

Momentos de especial efeito, como se pode ver pela Televisão, foram por exemplo a interpretação da suite «Amizade dos Povos», por milhares de jovens integrados em conjunto de dança, as actuações de grupos das diversas Repúblicas soviéticas, a composição desportiva, musical e coreográfica «Citius,* Altius, Fortius» e a passagem das quadrigas gregas em que seguiam jovens que lançavam pétalas de rosa para o caminho onde momentos depois passariam os atletas das delegações participantes.

O imperialismo e o boicote O feitiço virou-se contra o feiticeiro

Já há muito tempo que se sabia que a manobras lideradas no plano internacional a partir do sr. Carter contra os Jogos Olímpicos de Moscovo estavam irremediavelmente condenadas ao fracasso. Evocando argumentos que nada têm a ver com o desporto, o espírito olímpico e a importância de uma Olimpíada, a administração norte-americana tudo fez para desprestigiar o movimento

olímpico e destruir o impacto dos Jogos de Moscovo. O imperialismo jogou forte. Não tenhamos dúvidas. Mas a sua derrota aí está, aos olhos de todos. Perante os desportistas de todo o Mundo, perante a opinião pública internacional, Carter e os dirigentes políticos que com ele alinharam viram sem dúvida o «feitiço virar-se contra o feiticeiro»...

O presidente americano «esqueceu-se» dum facto importantíssimo: a Olimpíada,

manifestação grandiosa de convívio internacional, de paz e fraternidade, é património de toda a Humanidade e não motivo ou iniciativa para manobras políticas.

Resistindo com a sua grandiosidade a todos os «boicotes» e provocações, a Olimpíada-80, inaugurada no passado sábado, no Estádio Lénine, em Moscovo, aí está como realidade indelmentível da capacidade e do carinho do povo soviético pelos ideais do

desporto, do espírito olímpico, da paz e do entendimento no Mundo.

«Ele é belo, o caminho olímpico. O sonho mora sempre dentro dos homens. Anda, vive triunfa». Este um pequeno mas significativo poema lido para os 100 mil espectadores presentes no Estádio Central Lénine e para toda a comunidade internacional (cerca de dois biliões e meio de pessoas) que através da TV acompanhou

a cerimónia oficial de abertura. Um poema dizíamos, pequeno mas que reflecte com clareza os objectivos superiores do desporto, dos desportistas da cultura física, do olimpismo: os homens precisam da paz e da amizade para trilhar os caminhos do futuro no Mundo, um futuro melhor e mais justo. Um futuro para cuja construção os Jogos de Moscovo darão, estamos certos, um forte contributo a curto, médio e longo prazo.

A presença de Portugal

Apesar das pressões exercidas pelo Governo Sá Carneiro contra o legítimo desejo dos atletas portugueses em participarem na Olimpíada de Moscovo, numa ridícula posição de obediência às manobras do executivo norte-americano, o nosso país está presente na 22.ª edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, através de uma delegação de 20 membros.

o nadador Rui Abreu, por exemplo fixou um novo máximo nacional nos 100 metros costas), como também uma afirmação clara da força e do espírito aberto do desporto como fenómeno social.

A presença de Portugal nos Jogos de Moscovo, embora sem contar com alguns atletas que poderiam dar maior brilho à nossa participação nas diversas competições, ao mesmo tempo que testemunha uma grande derrota do Governo «AD», confirma a justeza da posição desde logo assumido pela opinião pública nacional que, num significativo movimento que revestiu várias formas, afirmou o seu apoio incondicional ao

esforço dos atletas que se prepararam para a Olimpíada-80.

Está na URSS a seguinte delegação portuguesa: onze atletas (Avelina Alvarez – ginástica; José Sena, Anacleto Pinto e João Campos – atletismo; Rui Abreu e Paulo Fricknecht – natação; António Roquete, José Branco e João Paulo Mendonça – judo; Raul Diniz – halterofilia; e João Miguel – boxe), seis técnicos (por cada modalidade); um médico; um massagista; e o chefe da comitiva. Está também em Moscovo, convocado pela respectiva Federação Internacional, o árbitro de Lutas Amadoras Luís Caldas.

Kiev: um belo estádio de futebol com capacidade para 100 mil pessoas

Kiev é uma bela cidade da União Soviética, que conserva ao longo dos tempos, entre os hábitos e as preocupações dos seus cidadãos (hoje são 4 milhões, ou seja o terceiro centro urbano de toda a URSS) um gosto muito especial pela natureza e pelos espaços verdes.

Nos fins do século XIX a zona onde hoje se ergue o Estádio da República era um terreno de feira agrícola, sendo aí utilizado para fins de convívio desportivo.

Hoje é difícil imaginar algo que esta «catedral» do futebol não possua. Tem dois placards electrónicos (para resultados e tempo de jogo), duas grandes instalações para os profissionais da informação na tribuna central (1.º andar: Imprensa escrita; 2.º andar: Rádio e TV), incluindo telex, rede telefónica, bar e salas para conferências de Imprensa; um potente sistema de iluminação que assegura todas as condições para uma excelente cobertura pela TV e pelo cinema dos jgos nocturnos; salas para os representantes do Comité Olímpico Internacional (COI) e outras individualidades.

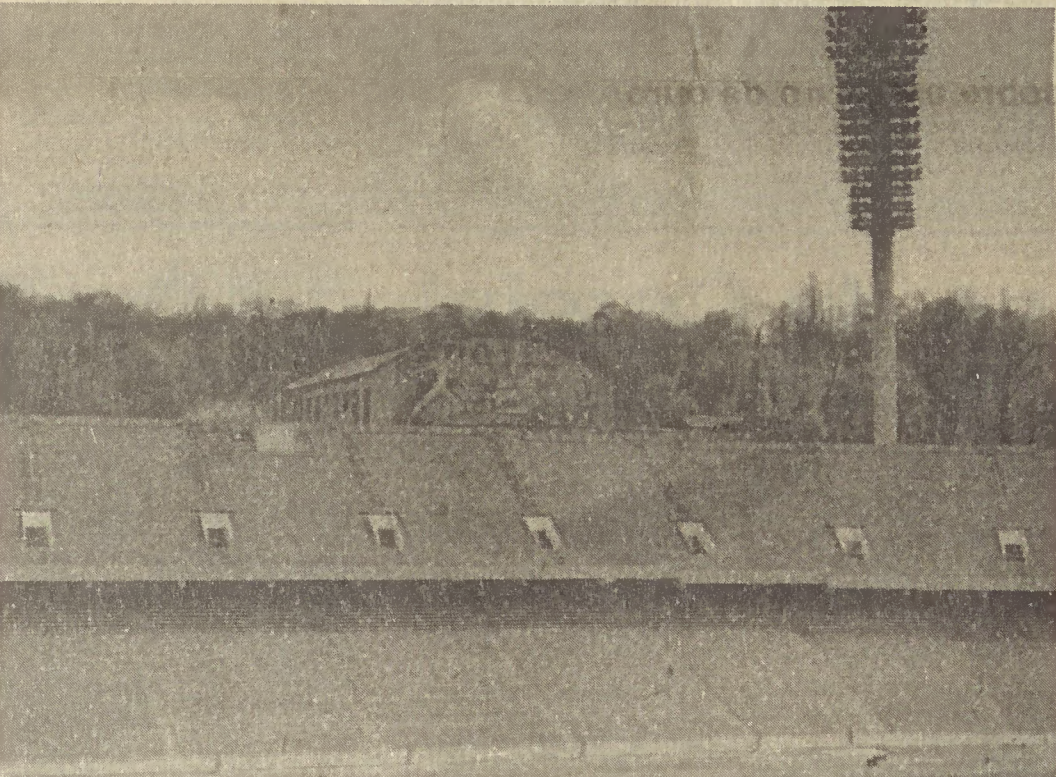
Num edifício autónomo do estádio (as escadas das bancadas, com todos os lugares numerados, são em granito), mas integrado na sua zona (ao todo 14 hectares) funciona um complexo de diagnóstico médico e reabilitação, equipado com saunas, piscinas, salas de repouso, aparelhos para exames diversos, etc.

No cimo da torre onde se encontra o elevador – que transporta os atletas e acompanhantes de um hotel para o estádio – ergue-se o símbolo da Olimpíada-80, de cerca de 10 toneladas, dando, principalmente à noite, um belo efeito.

Kiev, capital da República Socialista Soviética da Ucrânia (55 milhões de habitantes), um baluarte da luta do povo soviético contra a nazi-fascismo na II Grande Guerra Mundial, é agora uma cidade olímpica aberta às competições de futebol, num estádio magnífico e imponente pela sua beleza, estrutura arquitectónica e localização, não esquecendo as condições que oferece aos espectadores, atletas, técnicos e jornalistas.

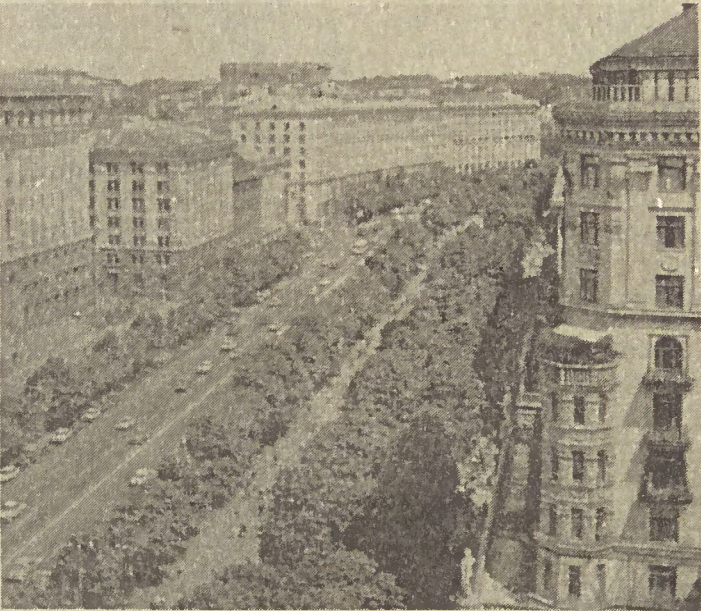
Trata-se do terceiro maior estádio da União Soviética, «muito popular e apreciado pelos desportistas do país e do estrangeiro», como diria o Presidente do Comité de Cultura Física e Desporto da Ucrânia (nível de Ministério), camarada Michael Bacca, que nos recebeu, numa atmosfera de grande simpatia e cordialidade, no seu gabinete de trabalho, em Kiev.

«É como que uma jovem que se prepara para casar», diziamos M. Bacca em Maio passado, referindo-se ao estádio da República: «Foi completamente refeito e reequipado. Não temos dúvidas ao afirmar que a final do campeonato do Mundo poderia ser aqui!»



Aspecto parcial das bancadas do Estádio da República, na cidade de Kiev (Ucrânia). O painel que se vê na parte superior é um elemento de rara beleza no enquadramento do estádio

Tendo a sua história início na década de 30, prosseguindo depois pelo pós-Guerra, o Estádio da República tem duas datas recentes muito significativas para a sua vida: 1967 – ano em que foi construído o segundo nível da bancada (anel), passando então a receber quase 100 mil pessoas; e fins de 1977 – início dos trabalhos de adaptação do Estádio com vista à Olimpíada-80.



Três aspectos diferentes da cidade de Kiev



Sete jogos da Olimpíada

Apresentando relva natural de excelente qualidade, o estádio tem capacidade para cerca de 100 mil pessoas e no decorrer da Olimpíada – os jogos de futebol começaram no passado domingo e terminam no dia 2 de Agosto, disputando-se também em Minsk, Leninegrado e depois a final em Moscovo – será cenário, ao todo, de sete importantes encontros.

O percurso da chama olímpica

A chama olímpica que arde na pira do Estádio Lénine, em Moscovo, arena central da Olimpíada-80, e que também foi transportada para as outras cidades olímpicas, incluindo Kiev, percorreu cerca de 1200 quilómetros em território ucraniano, desde a fronteira

occidental até Bogorad (Rússia Federada).

Foram organizados numerosos concursos em toda a República para escolha dos atletas que transportaram a chama em terra ucraniana e que constituíram as delegações para a recepção no fim de cada etapa.



1942, em plena ocupação nazi: Uma história de coragem

A dada altura da nossa visita às instalações olímpicas de Kiev, alguns dirigentes do Dinamo e o chefe-adjunto do gabinete do Comité de Desporto e Cultura Física da Ucrânia, camarada Serge P. Babitch, contaram-nos, com emoção e ao mesmo tempo com orgulho, um episódio da ocupação nazi, que jamais o povo ucraniano esquecerá, esse mesmo povo que durante a II Grande Guerra Mundial viu 6 milhões dos seus filhos morrerem na luta contra a opressão nazi-fascista.

22 de Junho de 1941. Está anunciada uma grande festa popular e desportiva: a inauguração do estádio de futebol do Dinamo. Tudo estava

a postos, mas a jornada não se viria a realizar. A guerra não o permitiu. Pouco depois, os nazis prenderam toda a equipa de futebol do prestigioso clube ucraniano, sendo os seus jogadores enviados para campos de concentração diferentes.

1942: os alemães propõem aos futebolistas encarcerados um jogo a disputar no estádio do Dinamo. Objectivo do encontro: demonstrar a «força da raça ariana», a «superioridade» racial dos «eleitos» na ideologia nazi.

E os fascistas foram desde logo peremptórios: «se ganharem o jogo serão todos fuzilados, e se perderem pouparemos as vossas vidas.»

A equipa do Dinamo venceu o encontro. De seguida, os seus jogadores foram todos assassinados à queima-roupa...

Hoje no mesmo recinto ergue-se um monumento à coragem desportiva e ao grandioso exemplo desses ucranianos, um exemplo que permanece vivo no espírito e na acção do povo da Ucrânia.

O estádio viria realmente a ser inaugurado em 1946. A maioria dos espectadores que tinha adquirido os bilhetes para a jornada de 1942 já tinha morrido. No entanto, hoje ainda há ucranianos que conservam os bilhetes do dia em que não houve jogo.

República da Ucrânia: Um destacado exemplo de massificação desportiva

A República Socialista Soviética da Ucrânia constitui um significativo exemplo do que na URSS se faz em prol do desporto e da cultura física como realidade de massas.

Consequência de um trabalho dinâmico e persistente, integrado no âmbito da planificação socialista, a Ucrânia apresenta hoje um quadro desportivo impressionante, que a linguagem fria mas esclarecedora dos números testemunha:

900 estádios, 13 600 ginásios polivalentes, 265 piscinas, mais de 100 mil campos e terrenos desportivos para diversas modalidades, 55 mil trabalhadores da cultura física (nomeadamente 21 mil nas escolas primárias

e médias, 3 mil no Ensino Superior, 10 mil treinadores e outros 10 mil monitores e animadores desportivos).

Na República ucraniana, onde um em cada quatro habitantes pratica desporto, existem 43 mil colectivos que dinamizam a prática desportiva e a cultura física.

No plano da alta competição, é de sublinhar que a Ucrânia se classificou em 2.º lugar nas Espartaquíadas dos Povos da URSS, grande «ensaio geral» da Olimpíada-80.

Nos Jogos de Montreal-Canadá (1976), a delegação soviética incluía 95 atletas ucranianos, alguns dos quais conquistaram 5 medalhas de prata e 4 de bronze.

O desporto ucraniano é ainda detentor, nas mais variadas modalidades desportivas, de 29 records do Mundo, 33 da Europa e 132 da URSS.

Na Olimpíada que agora decorre um em cada 4 ou 5 atletas soviéticos é ucraniano.

Entretanto, como nos disse o Presidente do Comité de Desporto e Cultura Física da República, «o trabalho apontado ao fomento desportivo aqui na Ucrânia ainda não acabou. Vamos avançar em todas as frentes. Cada ucraniano será, num futuro próximo, um desportista, até porque o desporto é um contributo indispensável para a saúde, o bem-estar, a felicidade e o são convívio do Povo».

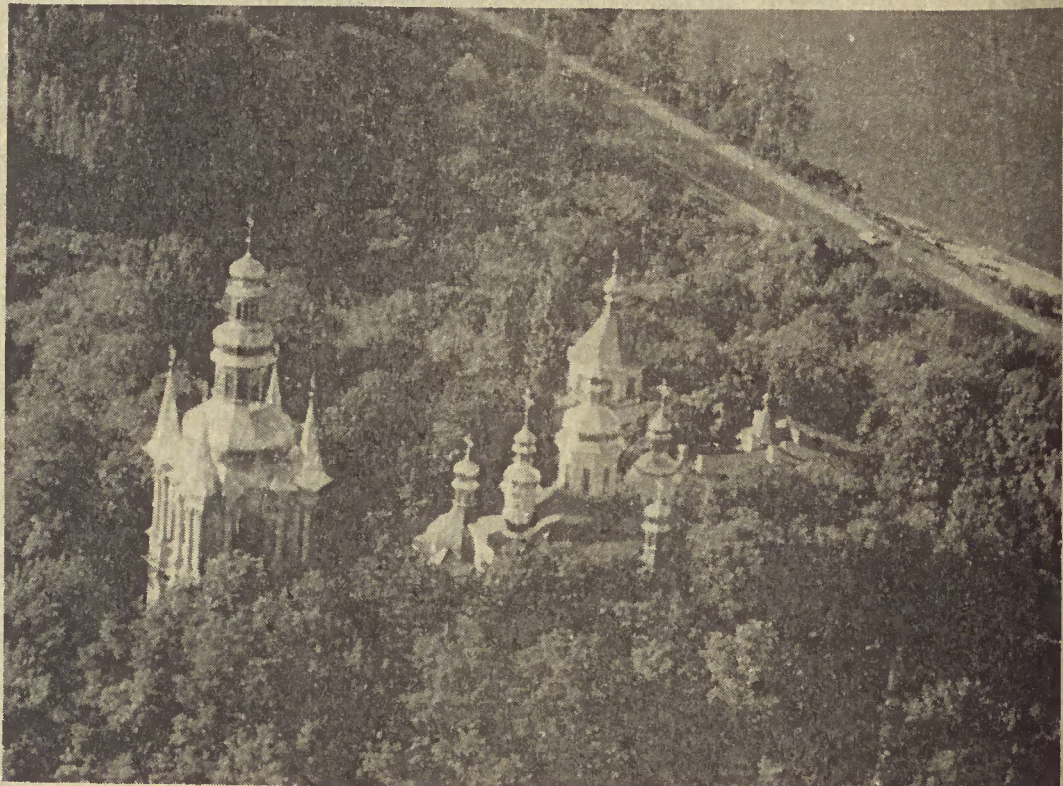


Imagem típica da República Socialista Soviética da Ucrânia: a presença da arquitectura histórica, dos espaços verdes e das águas dos rios

Com a política social da «AD» o povo português vive pior!

Durante a campanha eleitoral, como todos sabemos, a Aliança reacclonária prometeu tudo a toda a gente. Era uma casa para cada português, era peixe a todas as mesas, eram os impostos reduzidos e as pensões aumentadas, etc., etc. Logo na apresentação do seu programa se viu que as promessas para ganhar eleições não eram compromissos que o Governo Sá Carneiro fizesse tenção de cumprir. Meio ano passado sobre a actividade dos Ministérios, o balanço feito indica de modo flagrante e incontroverso: os portugueses vivem pior! Confrontado com os factos que procurou sempre esconder através da sua propaganda demagógica, o Governo não respondeu, durante a recente Interpelação que o Partido Comunista Português lhe dirigiu. Nem um dos factos apontados foi desmentido pelos ministros, que preferiram manter-se

na pura gabarolice, lendo textos trazidos de casa. Mas se a Interpelação não abundou em respostas concretas do Governo, foi fértil em factos demonstrativos, trazidos à Assembleia pelos deputados comunistas, de que este é o pior de todos os Governos depois do 25 de Abril. Da Saúde à Habitação, da Educação ao Trabalho, o Governo nada fez para melhorar o nível de vida dos portugueses. Pelo contrário. Nos excertos de intervenções dos deputados comunistas que hoje publicamos, porém, é nítido que, se este Governo nada fez para melhorar as condições de vida da grande maioria dos trabalhadores — e mesmo dos seus próprios eleitores, muitos deles já hoje desenganados — tudo fez e fará para aumentar a exploração, para reconstituir o poder dos monopolistas e dos latifundiários, para entregar o país nas mãos dos imperialistas.

Abonos e impostos

● O despudor classista

(...) Ainda há pouco, quando da discussão do Plano e do Orçamento tivemos a oportunidade de aqui suportar a rubrica do Governo a respeito dos abonos de família. Se algum dia um editor resolver publicar os anais da demagogia, aquela da família constituída por pai, mãe e dez filhos com menos de 11 000\$00 mensais de rendimento familiar, figurará certamente entre os exemplos de sectarismo classista, despudor e insensibilidade.

Pois não é verdade, senhores membros do Governo que uma tal família se fosse a vossa, careceria de muito mais de dez vezes esse

rendimento para subsistir? Pois não é verdade, que apresentar um tal exemplo para tecer lous às supostas benéficas deste Governo em matéria de abono da família, significaria que 12 pessoas entre adultos e crianças poderiam, com a vossa insensibilidade e despudor classista, subsistir com menos de 1000\$00 por cabeça e por mês?

Não será este exemplo a prova provada do vosso total alheamento do povo e do vosso vozo classista e reacclonário?

Mas, voltemos aos factos. Depois de tanto alarido, que fez este Governo de Sá Carneiro? Dos 915 000 beneficiários do

ano de família, 713 000 receberam aumento de 60\$00, 25% dos anteriores 240\$00 sendo aumento do custo de vida durante o período de vigência multissimas vezes superior. (...)

(...) Pouco valerá a pena mencionar neste debate a tão proclamada diminuição dos impostos. É já evidente depois da discussão da demonstração feita, aquando do debate das leis do Plano e do Orçamento, que, se considerarmos o aumento de 18% para os salários nominais (desde logo abaixo do nível de recuperação do valor dos salários), teríamos que para cerca de 30% dos trabalhadores da indústria

e dos serviços não haveria alteração e para a grande maioria dos restantes o benefício seria de 2%.

Neste domínio as medidas adoptadas pelo Governo beneficiam e amplamente alguns poucos, só que são justamente aqueles que já dispunham de altos rendimentos.

A prática deste Governo da «AD» confirma afinal o carácter classista e reacclonário das forças políticas que o compõem e lhe servem de base.

(...) É no domínio do emprego que a pressão do grande capital mais se faz sentir, procurando transferir

o peso da crise para cima das classes trabalhadoras.

Este Governo tão pródigo em promessas que nunca tencionou cumprir, empenhado em medidas demagógicas destinadas a encobrir a sua verdadeira política de opressão e exploração das classes e camadas laboriosas e de restauração do poder económico e político dos antigos senhores do país, do grande capital e dos latifundiários, é, sintomaticamente, em relação ao emprego, titubeante e fugidivo.

Fica-se pela promessa da criação de mais 19 000 postos de trabalho em 1980. Por outras palavras, mesmo admitindo tal objectivo como efectivo, a sua promessa corresponde ao aumento do desemprego face só aos 30 000 jovens que todos os anos aparecem à procura do primeiro emprego. (...)

Veiga de Oliveira

Pensões

● Demagogia, palavras, mentiras

(...) Não existindo dados rigorosos sobre o número de pensionistas e de pensionistas profissionais, calculava-se em 1976 que seria superior a 500 000 os acidentados de trabalho e 100 000 os doentes profissionais entre mineiros silicóticos, corticeiros com sobrose, metalúrgicos com surdez, marmoristas, etc. O Governo da «AD» sabendo que este é um grave problema sentido pelos trabalhadores anunciou em todos os jornais, TV e rádio que seriam dezenas de vezes «aumentadas as pensões de doença profissional». Trata-se de mais uma sinistra manobra

eleitoral de propaganda pois dos milhares de pensionistas existentes o decreto-lei do Governo da «AD» só aumentou 460 pessoas. Repito: 460 pessoas! E os outros? Os outros milhares? E os 2660 pensionistas com responsabilidade exclusiva das Companhias de Seguros mas pagos pela Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais? E os 566 pensionistas com responsabilidade da Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais/Companhias de Seguros? E os que têm menos de 30% de desvalorização? E os muitos milhares (que são

a imensa maioria) a cargo das Companhias seguradoras? (...) A situação dos deficientes não é também, infelizmente, muito diferente desta. Os deficientes realizaram o seu Congresso que foi um passo extremamente importante na definição das suas reivindicações e um alerta precioso ao país para os problemas dos deficientes e para os seus direitos.

O Governo da «AD» ignorou esse Congresso e não deu resposta a nenhuma das suas justas reivindicações. A Lei do Ensino Especial aprovada e em vigor não está a ser cumprida.

A «AD» prometeu revê-la, não o fez e não cumpre o que esta Assembleia aprovou e que está em vigor. Prejudicadas são as crianças deficientes e as suas famílias que vêem proteladas as soluções dos seus problemas.

(...) O PCP considera inaceitável que os rurais fiquem com 1800\$00 de reforma. Já aqui na Assembleia da República e no momento oportuno, o debate do OGE, apresentámos a proposta de aumento da pensão dos rurais para 3750\$00. O PPD e o CDS votaram contra e ainda gostava de saber qual dos deputados que votaram contra era capaz

de viver com 1800\$00 numa semana como vivem 600 000 rurais num mês?

O PCP considera inadiável o aumento das pensões dos rurais e a sua integração no regime geral da Previdência.

O PCP considera também inadiável a actualização da pensão mínima dos reformados do regime geral que são mais de 80% do total existente. O PCP considera inadiável a actualização das pensões de sobrevivência das 10 000 viúvas e de 70 000 órfãos, assim como o aumento da pensão social. E o Governo? O que é que fez e o que é que está a fazer? Demagogia, palavras, mentiras, em suma nada de bom para os reformados que nunca viveram de palavras, de demagogia ou de mentiras (...)

Zita Seabra

Saúde

● 4 milhões de contos a menos!

(...) Virá este Governo tentar dizer o que fez, já que o que prometeu, neste campo felizmente, também aqui não cumpriu.

Virá dizer que melhorou espectacularmente as condições de assistência nas situações de urgência às populações da cidade.

Respondemos-lhe que o número de consultas nos bancos dos Hospitais Centrais se mantém ao mesmo nível que antes de tais medidas. Que é fazer demagogia e neste caso quase criminosa, considerar-se capazes de atendimento a situações urgentes, serviços equipados

com o mais que insuliente e precário material existente nos comuns postos médicos das Caixas. Que se tenta utilizar os médicos contra a sua vontade para fazer demagogia eleitoral criando a falsa sensação de satisfação do direito à saúde nas populações quando com esta medida se está até a agravá-lo, estimulando o recurso à urgência como forma de suprir a carência em cuidados primários que este Governo ignora.

Virá este Governo dizer que aumentou em alguns milhões de contos os gastos com a saúde.

Respondemos-lhe que

aumentou em 10% relativamente ao ano anterior e que a inflação foi de 24%, o que significa que mantendo-se apenas os mesmos níveis de investimentos e gastos se retirou na prática cerca de 4 milhões de contos às despesas com a saúde.

(...) Virá este Governo falar das obras humanizantes que prometeu!

Respondemos-lhe que as obras que inaugurou, ou já estavam prontas há vários anos ou os seus projectos e grande parte da execução pertenceram a Governos anteriores. E já que falamos em humanização recordamos

o corte de 400 mil contos aos orçamentos previstos pelos vários Hospitais Cívicos de Lisboa. Recordamos o corte de 46 mil contos no orçamento do Hospital Júlio de Matos com a indicação transmitida por este Governo de que metade desta verba deveria ser cortada nas despesas previstas com a alimentação e um quarto nas destinadas a vestuário. Posteriormente foram distribuídos mais alguns milhares de contos com a finalidade não de suprir minimamente o que fora cortado, mas para a tal «humanização» que o Governo tanto estima em vésperas de eleições.

Assim, couberam deste presente humanizante 2500 contos ao Hospital de Santa Maria! Para se calcular para o que chegaram estes 2500 contos aplicados a humanizar esse colosso de cimento cõr do fio diga-se que em 1978 só para pôr em funcionamento a maioria das instalações sanitárias e banhos degradados deste Hospital e outras pequenas obras em serviços se gastaram 16 000 contos. Apesar da escassez, não dispensou o Governo a recomendação expressa que só seriam contempladas com tal verba obras de execução rápida. Na CP além dos demagógicos e pacóvios cartazes ainda dá para cinzelos e flores de cores garidas. Aqui só deve dar para cartazes!

José Ernesto

Salários

● A dinâmica da exploração

(...) Afirmámos nós que, pela sua composição, programa e objectivos anunciados durante a campanha eleitoral de Dezembro do ano passado, a «AD» e o seu Governo iam restaurar a dinâmica de exploração, acumulação, centralização e concentração capitalista que conduzissem à restauração do poder do grande capital e dos latifundiários à custa do agravamento das condições de vida dos trabalhadores e da restrição de muitas das suas liberdades conquistadas.

Quase meio ano passado, é tempo de provar quem falou mentira e quem falou verdade. Vamos aos factos:

A nível de salários e contratação, o primeiro sintoma que serviria de fio condutor para definir a política deste Governo, neste campo, aconteceu em Fevereiro, aquando do bloqueamento de dezenas de convenções colectivas de trabalho com

prejuízos imediatos para meio milhão de trabalhadores.

No mês seguinte, Sá Carneiro aproveitou um pouco do muito tempo que é dado à AD e ao Governo na televisão para afirmar que os aumentos salariais se iam quedar pelos 18%.

Esta palavra de ordem leva o patronato a apresentar aos sindicatos contrapropostas miseráveis, mantendo-se numa irreduzibilidade provocatória, com a consciência de que tem por si o total apoio do Ministério do Trabalho.

Tomando como exemplo grandes sectores como a metalurgia, têxtil e química envolvendo 625 mil trabalhadores, verificamos que os metalúrgicos estão com os salários contratuais a vigorar desde 1 de Novembro de 1978. Até Junho de 1980 o custo de vida aumentou 35%.

Nos químicos, os salários contratuais actuais são os

mesmos que começaram a vigorar em 1 de Outubro de 1978. Até Junho de 1980 o aumento do custo de vida cifrou-se em 36,7%.

Nos têxteis, os salários vigoram desde 1 de Janeiro de 1979. Até agora o custo de vida aumentou mais de 31%.

Em circunstâncias idênticas estão os trabalhadores da panificação, da Função Pública, dos fibrocimentos e CTTs. Como poderiam os trabalhadores aceitar as propostas de 16, 17 e 18%? A concepção classista e reacclonária deste Governo, onde o Ministério do Trabalho assume cada vez mais o papel de fiel assessor da CIP e da CCP, obriga os trabalhadores a recorrerem às formas de luta mais diversas, incluindo a greve, para defenderem os seus interesses e sacudir a imposição administrativa e psicológica dum tecto salarial de 18%.

Jerónimo de Sousa

A demagogia do Governo e da «AD» cai por terra, quando confrontada com os factos

Pequenos e médios agricultores

● Protecção aos grandes intermediários

Venho aqui trazer vários problemas da vida dos pequenos e médios agricultores, isto é, de mais de um quarto do Povo português. Poderíamos falar no vinho que continua nas adegas sem procura apesar dos baixos preços que atingiu ou da batata cuja grande produção já está a ser paga a 5 e a 6\$00 o quilo, com prejuízo para a lavoura da ordem dos 2350 o quilo. Ou do azeite que não tem procura e para o qual os armazenistas chegam a oferecer 70\$00 por litro. Ou da carne de porco, que tem baixado constantemente ao ponto de já atingir 70\$00 por

quilo. De outros exemplos poderíamos falar, do crédito que não existe, do subsídio de motomecanização que foi cortado, do seguro que não cobre as necessidades, do subsídio de gasóleo anunciado há 5 meses e que ninguém o vê, ou do aumento que teve o aluguer das horas de máquina em consequência da subida do gasóleo.

Na verdade, tudo isto, agora, pesa mais sobre os ombros dos lavradores devido à desastrosa protecção que o Governo AD faz aos grandes armazenistas e intermediários.

Poderíamos falar de tudo isto e muito mais, mas o tempo de

que dispomos não nos permite. Por isso, trataremos só do problema do leite, que tem uma importância particular na vida dos pequenos e médios agricultores, uma vez que representa a única receita certa e regular de que dispõem, portanto tem para eles a mesma importância que o salário ou o ordenado para os outros trabalhadores.

As recomendações oficiais de técnicos regionais do MAP afirmam que o preço devia ser fixado em 16\$15 centavos para acompanhar a média dos aumentos verificados nos anos anteriores e viabilizar as explorações, de acordo com

o plano de desenvolvimento agropecuário de Entre Douro e Minho e era bem preciso para fazer face aos aumentos dos custos de produção, nomeadamente das rações que descaram de qualidade escandalosamente, da assistência veterinária e da hora/máquina.

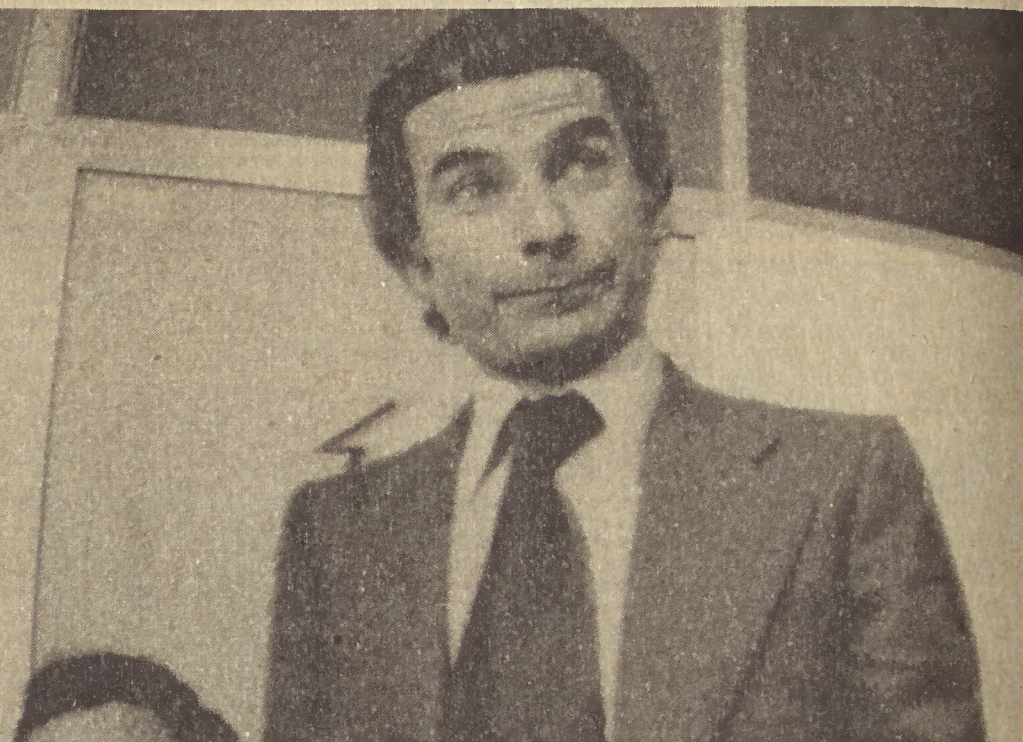
Mas foi isto que o Governo fez? Não foi.

Limitou-se a prometer aumentar \$60 por litro durante a época de produção mais baixa e apenas para a classe A e juntou-lhe um artifício que consiste em imaginar que o consumo em

natureza aumentará 20%, o que, segundo o Governo, corresponderia ao aumento de \$40 por litro, ao mesmo tempo que a sua política geral fez baixar o poder de compra do Povo português, que, por isso mesmo, não comprará mais leite, mas menos.

Mas não contente com isto, o Governo não só manteve, como agravou, a política iniciada pelo seu antecessor Mota Pinto contra o movimento cooperativo leiteiro e, portanto, contra a própria produção organizada.

José Casimiro



As capacidades histrónicas de Sá Carneiro são múltiplas, diversificadas — e bem conhecidas. Em 5 de Outubro, os que se deixaram enganar uma vez não voltarão a cair no mesmo logro. Porque antes eram as promessas — e agora, as realidades — ali estão. Como é o caso da «política social» desenvolvida por estes Governos, completamente desmascarada pelos deputados comunistas nos últimos dias da última sessão legislativa

Preços

● Números desmentem Governo

(...) Se um membro do Governo fosse a um mercado, a uma praça e dissesse que os preços estão a baixar e vão baixar ainda mais, deixaria atónitos os cidadãos presentes. E no entanto é isto que certamente repetirão aqui, dentro em pouco, os srs. ministros do Comércio e das Finanças. Mas por mais números de ilusionismo que o Governo faça não conseguirá esconder a verdade das donas

de casa, dos trabalhadores e de todo o povo português — os preços continuam a subir e o poder de compra da generalidade da população é cada vez mais baixo.

Por exemplo, se compararmos o crescimento dos preços da alimentação dos quatro primeiros meses deste ano com igual período de 1979, verificamos um aumento este ano de 25,3% contra 22,9% no ano passado. Para o vestuário e calçado os dados do Instituto Nacional de Estatística mostram igualmente que

o crescimento nos quatro primeiros meses de 1980 foi de 34,8% contra 18,4% em igual período do ano passado. E com as despesas de habitação algo de semelhante se passa, tendo-se registado este ano um aumento de 23,4% contra 18,4% em igual período do ano anterior. Até na rubrica Diversos existe um aumento de 25,9% contra 20,2% em igual período do ano passado!

Quer dizer, embora o crescimento do índice geral de preços no consumidor nos primeiros quatro meses de 1980 seja levemente inferior (21,8% contra 23,9% no ano passado) tal fica-se a dever somente à evolução do índice de preços «Bebidas» que representa menos de 4% das despesas familiares. No entanto, a baixa deste índice nada tem a ver com este ano passado. Para o vestuário e calçado os dados do Instituto Nacional de Estatística mostram igualmente que

Isto é, de facto, os preços

Ilda Figueiredo

Habitação

● Não mexeram uma palha!

Em vez de descentralização o Governo e a escassa maioria parlamentar negaram

avultados meios para o investimento às autarquias e a última congelou o diploma da «delimitação e coordenação das responsabilidades da Administração Central, Regional e Local em matéria de investimentos», impedindo às autarquias de lançar muitos programas de habitação e de outros equipamentos indispensáveis à melhoria da qualidade de vida das populações; mantiveram o Fundo de Fomento da Habitação o programa de empréstimos às Câmaras, propiciado a concessão arbitrária e meramente política de 1,56 milhões de contos; não alvararam uma linha sequer das linhas de crédito para os municípios, pelo que estes se vêem confrontados com taxas de juro de 17%, designadamente para a promoção de habitação.

Em vez de medidas tendentes a recuperar o atraso estrutural do interior do país, não mexeram uma palha no sentido de otimizar a vida dessas regiões, paralisando, bem ao contrário, obras

fundamentais (por exemplo, a do Alqueva no Baixo Alentejo).

Em vez do controlo da especulação de solos e de rendas de casa praticam uma política inflacionista e ensinam a desrespeitar as próprias decisões judiciais. O Governo não tomou uma única medida inovadora tendente à sustação da especulação imobiliária. Uma única!

Em vez de uma casa para todos, promove uma política de uma casa só para alguns, só para muito poucos. Números? Convém sublinhar que da magra provisão e lançamento de fogos do sector público, do sector cooperativo e do sector privado apoiado, constante do orçamento privativo do FFH (19 770 fogos, que no dizer do sr. ministro nem serão cumpridos), apenas se iniciaram até 30 de Abril último, 14,6 regito 14,6% do número total de fogos a iniciar no ano em curso (2886); dos 29 382 fogos em curso de construção em 31 de Dezembro último, apenas se concluíram 1647 fogos, o que constitui apenas 31% da estimativa do próprio Fundo para o período em causa.

Quanto aos contratos de desenvolvimento para habitação nem um único novo fogo, nem um para amostra, foi iniciado nos primeiros 4 meses.

Em vez da recuperação acelerada do parque habitacional degradado, num país em que, segundo o recenseamento de 1970, 83,5% das edificações tinham sido construídas até 1960, da magra previsão de 7000 fogos a recuperar este ano, apenas foram iniciadas obras, até 30 de Abril, em 1044 fogos. Uma rematada vergonha!

É também conhecido o facto de que ainda não foi celebrado o empréstimo a Caixa Geral de Depósitos no montante de cerca de 8,8 milhões de contos, pelo que muitas das obras estão a ser lançadas a descoberto, o que vale por dizer, sem cobertura financeira.

Isto é: depois da alegada política de combate à crise, anunciada com trombetas, apenas se ouve o som amargo da desilusão, o som distorcido da mentira, o som agudo da revolta.

Marino Vicente